

Boletim Trimestral 41

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Ficha técnica

Propriedade

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

António Ceia da Silva

Diretor Executivo

Cláudia Henriques

Conceção Gráfica e Paginação

Equipa Multidisciplinar para a Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

Edição

setembro 2021

Colaboradores internos

Amável Candeias
Autoridade de Gestão do Alentejo 2020
Carlos Almeida
Joaquim Fialho
Luis Santos
Mário Simões
Nilza Caeiro
Teresa Godinho

Capa

Assinatura de Contratos da Ponte Internacional sobre o Rio Sever, em Nisa

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

04 Destaque

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Construção da Ponte Internacional sobre o Rio Sever

06 Análise regional

Conjuntura Regional - 2º Trimestre de 2021

12 Para uma Administração Local de Excelência

Os Serviços Públicos e os Novos Desafios da era Digital

16 Perspetiva 2030

Complementaridade entre o Plano de Recuperação e Resiliência e o Programa Operacional 2030

18 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020

Síntese de Execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 30 de junho de 2021

31 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em Destaque

36 Síntese de Execução do Alentejo 2020 - Situação a 30 de junho de 2021

Manuel Ferreira Patrício preparou a CPRS para aquilo que é hoje a CCDRA

Embora curta, a presidência de Manuel Ferreira Patrício na Comissão de Planeamento da Região Sul (CPRS), que decorreu entre agosto de 1977 e julho de 1978, foi importante para o papel determinante que a futura Comissão de Coordenação da Região Alentejo e posteriormente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional tem tido no desenvolvimento e progresso do Alentejo.

Não foi fácil a tarefa de Manuel Ferreira Patrício. Longe iam os tempos em que um grupo de alentejanos lideraram uma instituição que foi o primeiro organismo da administração central a ser colocado no terreno para promover o desenvolvimento da região, neste caso a região sul de Portugal que nesta altura abrangia o Alentejo e o Algarve.



Depois de Armando Perdigão, ter começado um trabalho que viria mais tarde a dar os seus frutos, chegou a Revolução de Abril de 1974, havendo então as inevitáveis alterações, tendo Armando Perdigão sido substituído embora de forma interina, por Francisco Serrabulho, na altura, um jovem e promissor técnico CPRS.

A gestão de Francisco Serrabulho foi curta tendo depois assumido a Presidência da Comissão de Planeamento da Região Sul, Carlos Portas, um engenheiro de grande currículo, e que soube gerir de forma consensual um organismo numa altura de grandes convulsões políticas.

Após o 25 de abril e com o país em plena normalidade democrática, coube a Manuel Ferreira Patrício reorganizar a instituição que “pensava” o desenvolvimento do Alentejo e começar a dota-la com os meios que viriam a fazer dela uma das mais prestigiadas organizações do Estado no Alentejo.

A Manuel Ferreira Patrício se deve o início da reestruturação de uma organização moderna, assente no respeito e na motivação de uma série de jovens técnicos oriundos da Universidade e que conseguiram ao longo dos anos que se sucederam e com várias presidências, prestigiar o saber do Alentejo e dos alentejanos.

Manuel Ferreira Patrício faleceu, no passado dia 11 de setembro, no Hospital Santa Luzia, em Elvas, no distrito de Portalegre, onde estava internado.

Nascido em Montargil, no concelho de Ponte de Sor, a 23 de setembro de 1938, Ferreira Patrício foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2012, pelo então Presidente da República, Cavaco Silva e foi reitor da Universidade de Évora entre 2002 e 2006, instituição onde foi docente, presidente do Conselho do Departamento de Pedagogia e Educação e do Conselho Pedagógico, entre outros cargos.

O seu lugar na história e na memória desta CCDDR está assegurado, não apenas pela sua erudição, mas também pela sua personalidade cordial, afável e atenta a todos os que o rodeavam.

*Artigo da responsabilidade de **Mário Simões** - Equipa Multidisciplinar para a Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, CCDDR Alentejo.*

Destaque

O *Destaque* deste Boletim tem o enfoque na implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nomeadamente, numa das ações relevantes que está em fase de início de concretização na Região Alentejo - construção da Ponte Internacional sobre o Rio Sever.

Como enquadramento, é de referir que o PRR se traduz num instrumento estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise resultante da pandemia mundial. É um instrumento europeu promotor da convergência económica e da resiliência, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da transição para uma sociedade mais ecológica e digital.

A partir de uma visão estratégica, estão previstas reformas e investimentos estruturantes a implementar até 2026. Trata-se de um Plano Europeu, com forte impacto no nosso país, pela capacidade de promoção de uma transformação de Portugal, capaz de evoluir para um país mais sustentável e mais digital. Esta evolução sustenta-se na transformação das regiões que começam, na sua generalidade, desde já, a esforçar-se por promover a implementação de projetos importantes para os territórios. É neste contexto que no Alentejo, entre os vários investimentos previstos, se inclui a construção da Ponte Internacional sobre o Rio Sever, no concelho de Nisa, que passa a ligar Portugal e Espanha, passando a ser possível unir os dois países num percurso de cerca de 13Kms em vez dos atuais 100Kms.



Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Nisa

Para iniciar o processo que leva à construção da ponte internacional e respetivos acessos, concretizou-se, no dia 8 de setembro de 2021, a assinatura de dois contratos de financiamento “Ligações transfronteiriças – Sub-investimento Ponte Internacional sobre o Rio Sever”, enquadrados na Componente C07 – Infraestruturas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no montante total de 9 milhões de euros – um dos contratos, celebrado entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e o outro, entre a CCDRA e a Câmara Municipal de Nisa, este último homologado, no local, pela Sra. Ministra da Coesão Territorial.

O evento decorreu no Cineteatro de Nisa, com a presença da Sra. Ministra da Coesão Territorial, Prof.^a Dr.^a Ana Abrunhosa, do Presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), Dr. Fernando Alfaiate, e respetivas comitivas. Estiveram, também, presentes várias individualidades, representantes de Instituições do Alentejo, nomeadamente o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), Dr. Ceia da Silva e a Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr.^a Idalina Trindade. Tratando-se de um investimento internacional que une territorialmente dois países, não seria dispensável a presença dos Senhores Vice-Presidente da Diputación de Cáceres, Alfonso Beltrán Muñoz e do Alcalde de Cedillo, Antonio Gonzalez Riscado.

Com a assinatura dos contratos de financiamento, foi dado destaque à tradicional união das populações que residem de ambos os lados do rio que divide territorialmente os dois países nesta área territorial integrada na Euroregião EUROACE - Alentejo-Centro-Extremadura.

Foi referenciado o facto de com a construção da barragem de Cedillo entre 1968 e 1974, os povos de ambos os lados da fronteira passarem a necessitar de percorrer, não os 13Km que os separam, mas cerca de 100km, para alcançar a outra margem, tendo em conta as atuais acessibilidades. Salientou-se a atual dificuldade de manter o regular convívio entre populações, a coesão cultural, constituindo esta distância um obstáculo ao crescimento e desenvolvimento económico e social de ambos os lados da fronteira.

Foi também referido que em 2011, no âmbito da apresentação de uma candidatura ao programa comunitário Cooperação Transfronteira Portugal - Espanha 2007-2013, foi realizado pela Diputación de Cáceres, um estudo prévio e que à data, apesar da existência de verbas, a construção da ponte acabou por não avançar. Apesar dos constrangimentos havidos anteriormente, o Presidente da CCDRA salientou que esta é a “oportunidade única” para o Alentejo, para as populações da Estremadura, em especial, Montalvão e Cedillo. Também a Sr.ª Ministra Ana Abrunhosa sublinhou a importância de contrariar a tendência do despovoamento dos territórios de baixa densidade, a importância de potenciar a “raia”, pelo que o «encurtar distâncias» entre Portugal e Espanha, com a construção desta ponte, se constitui como um catalisador de novas sinergias e um fator de atratividade no médio e longo prazo, de pessoas e investimentos, assegurando, findo todos estes anos, a efetiva coesão territorial.

Com a assinatura dos contratos de financiamento de 9 milhões de euros, o município de Nisa, o beneficiário final do investimento, tem à sua disposição os instrumentos necessários ao início dos procedimentos necessários, conducentes à construção da tão desejada ponte e respetivos acessos.

Artigo da responsabilidade de **Teresa Godinho**, chefe de divisão e **Nilza Caeiro**, técnica superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.



Fotografias cedidas pela Câmara Municipal de Nisa

Análise Regional

Conjuntura Regional - 2º Trimestre de 2021

No 2º Trimestre de 2021, a maioria dos indicadores relativos ao mercado de trabalho, revelam uma tendência favorável face ao trimestre anterior.

São exceção a esta constatação, a taxa de desemprego que ainda teve uma variação positiva de cerca de 11,3%, tendo este indicador, na região, passado de 7,1% em março para 7,9% em junho e a população desempregada cujo acréscimo foi de 14,5%, o que corresponde ao acréscimo de 3,4 milhares de trabalhadores em situação de desemprego, chegando a população desempregada, na região, a 26,8 milhares. O comportamento destes dois indicadores, face ao período homólogo de 2020 é mais desvantajoso, dado que a taxa de desemprego no mesmo período era de 3,3% e a população desempregada era de 10,8 milhares.

Esta situação deve-se essencialmente à pandemia mundial que tem obrigado a um conjunto de restrições na circulação das pessoas, a fim de evitar os contágios, o que tem efeitos nos setores da economia mais dependentes do turismo, nomeadamente de serviços complementares a este setor, assim como no que concerne a atividades culturais e recreativas.

No entanto, a taxa de emprego e a população ativa verificaram variações favoráveis, quer relativamente ao trimestre anterior, quer ao homólogo de 2020, revelando-se a taxa de emprego em 52,7%. A taxa de atividade revela um comportamento idêntico, chegando a 57,2% (variação de 7,5% à verificada no período homólogo de 2020).

A salientar a tendência do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem que se tem revelado ascendente, chegando a 945€ no trimestre em análise, face a 890€ no período homólogo de 2020, o que corresponde a uma variação positiva de 6,2% num ano.

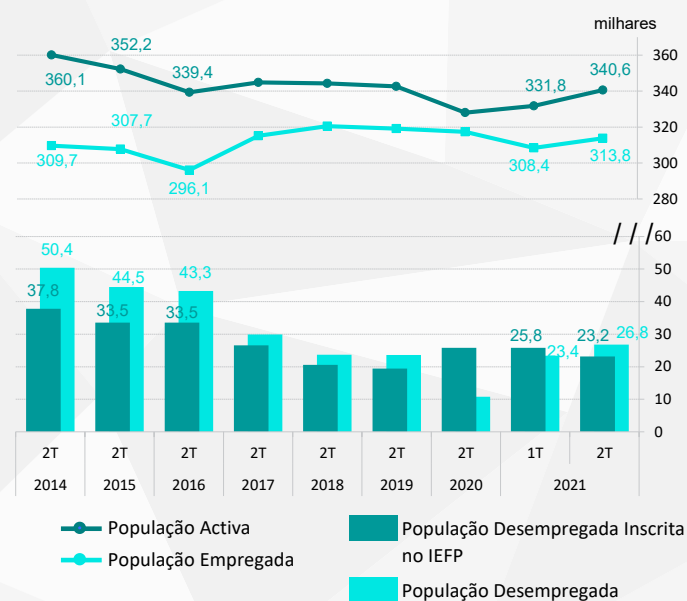
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2021 - Mercado de trabalho

Indicador	1º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020	1º Trimestre 2020	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Milhares) *	331,8	349,3	341,7	-2,9	-5,0	INE
Taxa de emprego (%) *	51,8	52,4	51,9	-0,2	-1,1	INE
População empregada por conta de outrem (Milhares) *	308,4	323,4	319,8	-3,6	-4,6	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€) *	927	901	877	5,7	2,9	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade (%)	56,6	56,6	55,5	2,0	0,0	INE
Taxa de desemprego (%) *	7,1	7,4	6,4	10,9	-4,1	INE
População desempregada (Milhares) *	23,4	25,9	21,9	6,8	-9,7	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Milhares)	25,8	24,0	22,0	17,1	7,6	IEFP

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

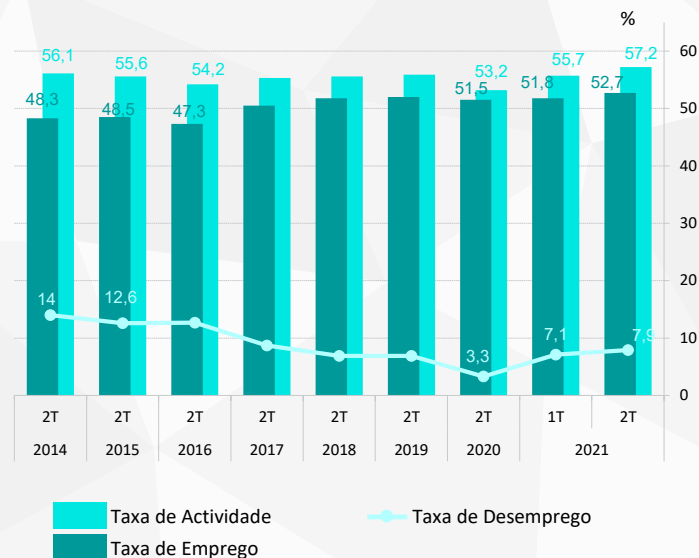
* nova série (2021) (deixou de se considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo)

População Ativa, Empregada e Desempregada Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Taxa de Atividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

A evolução da população ativa tem verificado uma variação regional pouco relevante, tendo, no entanto, no atual trimestre, continuado a tendência ascendente iniciada no período homólogo de 2020, não tendo, no entanto, chegado ainda aos valores de 2014.

A população empregada, apesar da ligeira tendência decrescente a seguir ao 2º trimestre 2020, no atual trimestre revela uma tendência ascendente, apresentando valores ligeiramente superiores aos apresentados no trimestre homólogo de 2014

A população desempregada, desde 2014 até ao 2º trimestre de 2020, revelou uma tendência decrescente, tendo a partir desta data, invertido a tendência anterior.

Apesar da população desempregada no 2º trimestre de 2020 ter atingido o menor valor, face aos trimestres homólogos desde 2014, voltou a aumentar no trimestre atual, mantendo valores (26,8 milhares) muito distantes dos 57,4 milhares verificados em 2014.

Ao analisar-se a taxa de desemprego, confirma-se a tendência verificada na população desempregada, já referenciada. No entanto, é de salientar a positividade da trajetória descendente que permite passar de 14% em 2014 para os 7,9% do trimestre atual, apesar dos efeitos da pandemia desde o início de 2020.

No que concerne à avaliação bancária, à semelhança do trimestre anterior, continua a verificar-se um acréscimo no valor dos empréstimos concedidos, quer às famílias, quer às sociedades.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2021 - Avaliação Bancária

Indicador	2º Trimestre 2021	1º Trimestre 2021	2º Trimestre 2020	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	1,7	1,9	2,1	-19,0	-10,5	BP
Empréstimo concedido a famílias (10⁶ €)	8332,7	8284	8174,5	1,9	0,6	BP
Empréstimo concedido a famílias (10³ devedores)	293	294,8	299,4	-2,1	-0,6	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	2,7	2,6	3,1	-12,9	3,8	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10⁶ €)	4883,8	4756,3	4397,2	11,1	2,7	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

O rácio de crédito vencido relativo aos empréstimos a empresas teve uma variação favorável de -12,9%, face ao período homólogo de 2020, apesar do ligeiro acréscimo de 3,8%, face ao trimestre anterior.

A referenciar o rácio de crédito vencido relativo aos empréstimos às famílias que verificou decréscimos superiores a 10% relativamente a ambos os períodos de referência, sendo que os empréstimos às famílias manifestaram acréscimos de 1,9% e de 0,6%, face ao período homólogo de 2020 e ao trimestre anterior, respetivamente. Também os devedores referentes a empréstimos a famílias verificaram variações negativas relativamente a ambos os períodos de referência.

A salientar que o valor dos empréstimos concedidos às famílias, atinge valores bastante superiores ao valor dos empréstimos concedidos às sociedades.

Dos indicadores referenciados, comparando períodos homólogos desde 2014, a tendência descendente mais acentuada refere-se à % de crédito vencido nas sociedades que verificou o valor mais elevado em 2015.

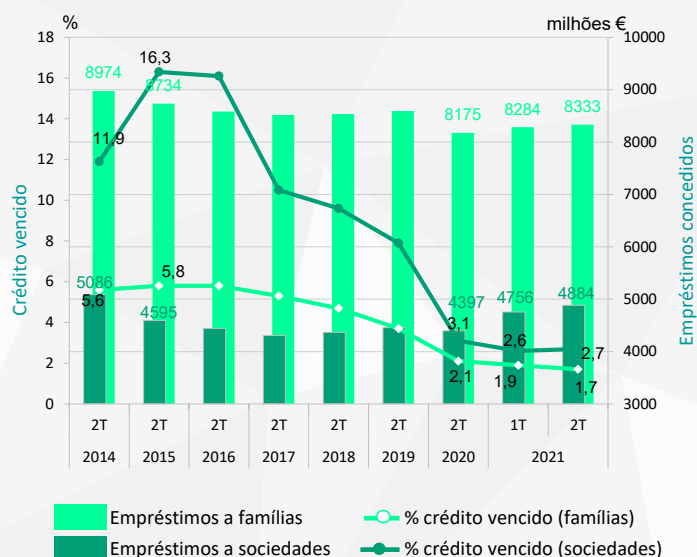
A % de crédito vencido nas famílias, apesar da evolução manifestar uma tendência menos acentuada que nas sociedades, também tem sido descendente.

Os indicadores de habitação inverteram a tendência favorável, que se vinha verificando

O número de licenças de construção, apesar de a variação não ter significado relevante por se tratar de pequenos números, verificou uma variação relativa ao período homólogo de 2020, de -7,4% e de -10,7% relativamente ao trimestre anterior, o que significa que no trimestre em análise houve 75 licenças de construção.

Já a avaliação bancária dos alojamentos, vem revelando uma ligeira tendência decrescente, chegando a 851€/m2.

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades Alentejo - Evolução de 2014 a 2021

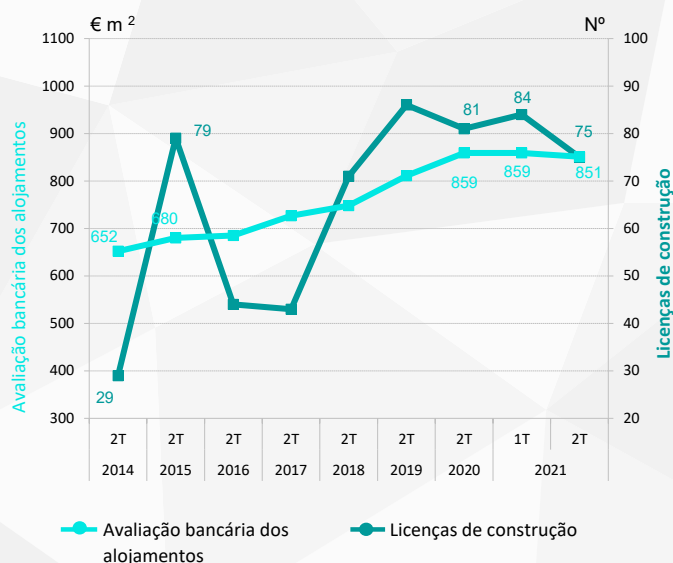


Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Os indicadores de turismo, revelam uma melhoria acentuada, face ao período homólogo de 2020, com os valores dos proveitos em estabelecimentos hoteleiros a ultrapassar valores verificados em períodos homólogos, pré pandemia. As dormidas em estabelecimentos hoteleiros também recuperaram, chegando ao período homólogo de 2016. A salientar que os proveitos totais revelaram um acréscimo de 105,2%, face ao período homólogo de 2020.

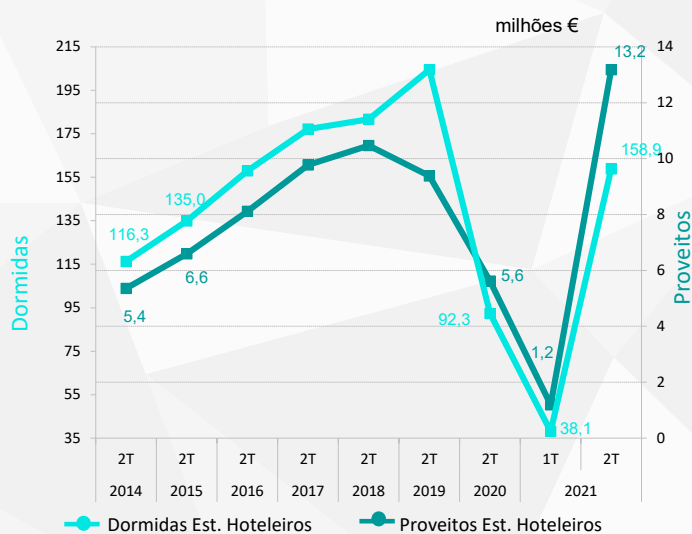
A estada média em número de dias, nos estabelecimentos hoteleiros também já ultrapassou os 2 dias para o indicador total de turistas (cerca de 2,10 dias), sendo ligeiramente superior para os turistas estrangeiros (cerca de 2,20 dias) e chegando aos dois dias para os turistas portugueses.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos (Valor mediano) Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Infoline

Dormidas e Proveitos da Atividade Turística nos Estabelecimentos Hoteleiros Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Infoline

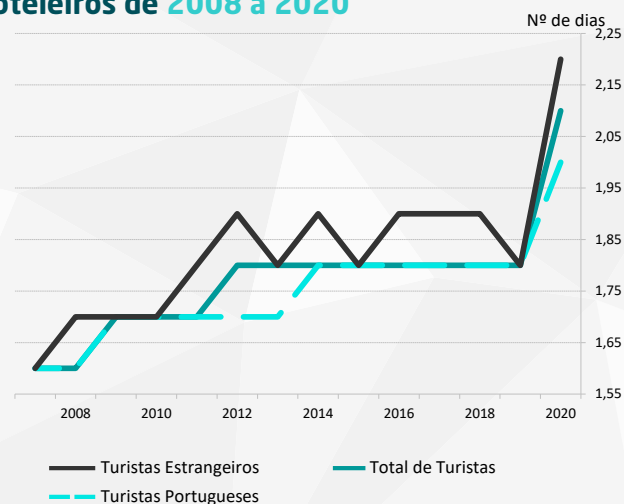
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2021 - Habitação e Turismo

Indicador	2º Trimestre 2021	1º Trimestre 2021	2º Trimestre 2020	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	75	84	81	-7,4	-10,7	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m² valor mediano)	851	859	859	-0,9	-0,9	INE
Turismo - dormidas totais (Milhares)	253,6	61,9	159,7	58,8	*	INE
Turismo - dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (Milhares)	158,9	38,1	92,3	72,1	*	INE
Turismo - proveitos Totais (Milhares €)	18586	3019	9056	105,2	*	INE
Turismo - proveitos estabelecimentos hoteleiros (Milhares €)	13184	1193	5616	134,8	*	INE

Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2008 a 2020



Fontes: INE - Infoline



A balança comercial da região continua a revelar em junho de 2021 um resultado positivo, dado que o valor das exportações continua a ser superior ao valor das importações. Esta situação tem vindo a verificar-se já ao longo de um período temporal alargado.

O valor das exportações, apesar da variação negativa face ao trimestre anterior (-1,4%), continua a verificar uma variação positiva significativa (+34,4%), em relação ao período homólogo de 2020. O valor obtido no comércio intracomunitário ultrapassa o dobro do extracomunitário, sendo de salientar o facto deste, revelar uma variação negativa de cerca de 10% face ao trimestre anterior, apesar de a comparação com o período homólogo de 2020 mostrar uma variação de cerca de 26%.

É de salientar o facto do valor das importações, em comparação com o período homólogo de 2020, ter crescido cerca de 33%, sobretudo devido ao comércio extracomunitário, cujo acréscimo no mesmo período foi de 83,3%, apesar de o valor ser menos de metade do valor do intracomunitário. Por sua vez, este, no mesmo período também viu crescer o seu valor em cerca de 19%. Porém, a variação trimestral foi sempre negativa, face ao trimestre anterior, quer a referência seja o comércio intracomunitário, quer o extracomunitário.

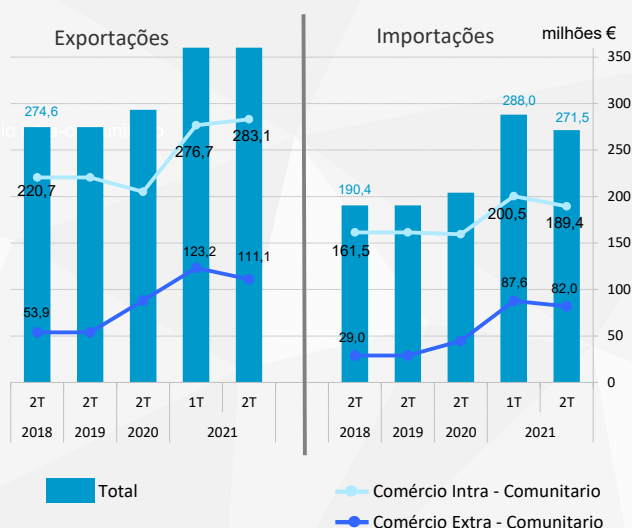
Quer o valor das exportações, quer o das importações, têm revelado, desde o período homólogo de 2018, tendências praticamente similares, quer quanto ao valor total quer no comércio extracomunitário. O comércio intracomunitário, tem revelado tendências um pouco diversas quando se fala do valor das exportações e das importações. Enquanto aquelas, a tendência crescente a partir do 2º trimestre de 2020 se tem mantido, estas revelam uma pequena tendência descendente no último trimestre em análise.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2021 - Exportação / Importação

Indicador	2º Trimestre 2021	1º Trimestre 2021	2º Trimestre 2020	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	394,2	399,9	293,3	34,4	-1,4	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	283,1	276,7	205,2	38,0	2,3	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	111,1	123,2	88,1	26,1	-9,9	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	271,5	288,0	204,1	33,0	-5,8	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	189,4	200,5	159,4	18,9	-5,5	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	82,0	87,6	44,7	83,3	-6,3	INE

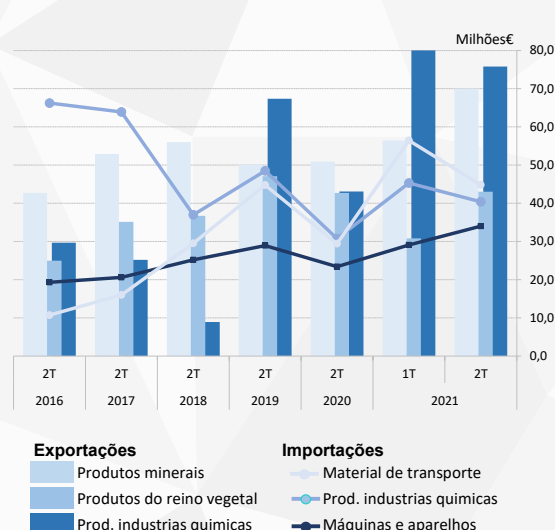
Fonte: INE - Infoline

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra - Comunitário Alentejo - Evolução de 2018 a 2021



Fontes: INE - Infoline

Exportações e Importações por Tipo de Bens Alentejo - Evolução de 2016 a 2021



Fontes: INE - Infoline

A estrutura das exportações regionais, à semelhança do trimestre anterior, revela que os valores mais elevados dos produtos exportados na região são atingidos com as exportações de produtos de indústrias químicas seguidos de os produtos minerais e por fim, produtos do reino vegetal. Os três produtos que ocupam o maior valor nas importações continuam a ser os produtos de material de transporte, os produtos de indústrias químicas e as máquinas e aparelhos, com uma tendência convergente no 2º trimestre 2021.

A tipologia dos produtos com maior valor de exportação e de importação, tem vindo a manter-se, apesar de se revelarem algumas dinâmicas no posicionamento destes produtos, quer em termos das exportações, quer das importações. O valor das exportações de produtos minerais tem vindo a revelar, nos períodos homólogos, uma tendência ascendente a partir de 2019, ocupando, neste trimestre, o valor mais elevado no período em análise. Esta tendência já se vinha revelando anteriormente. O valor dos produtos de indústrias químicas, passou a ocupar o valor cimeiro das exportações, com ligeiro decréscimo, face ao trimestre anterior. No entanto, estes produtos, entre períodos homólogos, apresentam grandes oscilações no seu valor.

Os produtos do reino vegetal, têm manifestado uma tendência para «ganhar espaço» no valor das expor-

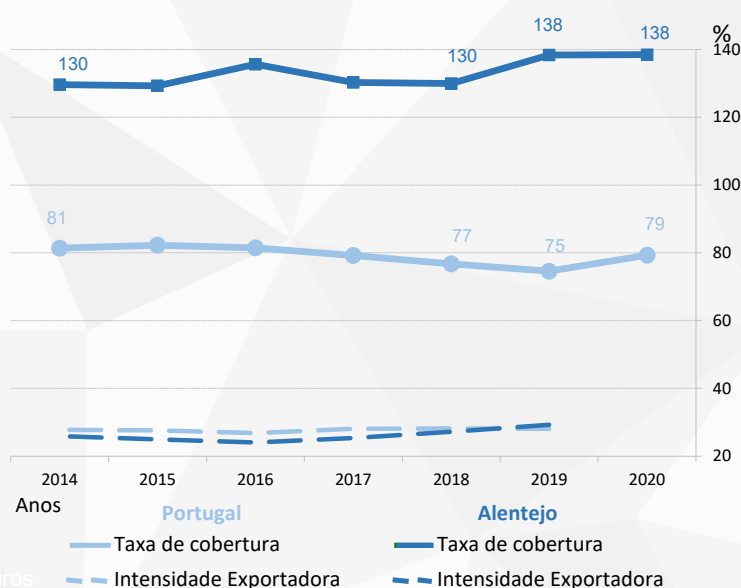
tações, recuperando este trimestre o posicionamento ocupado no trimestre homólogo de 2020.

Já o valor das importações de material de transporte, apesar da tendência descendente face ao 1º trimestre, mantem a primeira posição de bens importados, desde o período homólogo de 2020. Quanto ao valor das importações de máquinas e aparelhos, mantem um comportamento praticamente contínuo, com ligeira tendência ascendente, não muito significativa. Quanto ao valor das importações de produtos de indústrias químicas, com várias oscilações nos períodos homólogos, desde 2016, vem revelando, neste período de referência, tendência descendente. Os três produtos com valor mais elevado nas importações, mostram no trimestre em análise, uma tendência convergente.

A taxa de cobertura regional das importações pelas exportações vem comprovar o saldo positivo existente na balança comercial, mantendo-se acima dos 130%. A nível nacional, esta taxa revela um valor abaixo de 100%, com uma ligeira tendência de recuperação neste trimestre, chegando a 79%.

Quanto à intensidade exportadora, tem mantido uma tendência de estabilidade, sendo que a do Alentejo parece revelar uma ligeira recuperação, face à posição nacional.

Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora Alentejo - Evolução de 2012 a 2020



Fontes: INE - Infoline

Para uma Administração Local de Excelência

OS SERVIÇOS PÚBLICOS E OS NOVOS DESAFIOS DA ERA DIGITAL



«A transição digital tem um enorme impacto na forma como vivemos, trabalhamos ou comunicamos. (...) Devemos adaptar o mercado único à era digital, tirar o máximo partido da inteligência artificial e dos grandes volumes de dados, melhorar a nossa cibersegurança e garantir a todo o custo a nossa soberania tecnológica.»

Ursula Von Der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, 10-09-2019

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020, de 31 de julho, foi estabelecida a **Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023**, com o objetivo de reforçar a aposta na modernização administrativa para melhor servir os cidadãos e as empresas, desenvolvendo-se em torno de 4 eixos estratégicos:

- **Investir nas pessoas**, com três objetivos estratégicos: i) desenvolver e renovar as lideranças; ii) mobilizar e capacitar os trabalhadores, e iii) envolver os trabalhadores na mudança cultural;
- **Desenvolver a gestão**, com quatro objetivos estratégicos: i) fortalecer a gestão do desempenho para melhorar a qualidade dos serviços públicos; ii) planear os recursos humanos de forma integrada; iii) investir na simplificação administrativa, e iv) promover a inovação na gestão pública;

- **Explorar a tecnologia**, com três objetivos estratégicos: i) reforçar a governação global das tecnologias; ii) melhorar a interoperabilidade e a integração de serviços, e iii) gerir o ecossistema de dados com segurança e transparência;
- **Reforçar a proximidade**, com quatro objetivos estratégicos: i) promover a integração e a inclusão no atendimento; ii) incentivar a participação dos cidadãos; iii) aprofundar a descentralização de competências para as autarquias locais, e iv) fortalecer os serviços públicos de proximidade, designadamente através da desconcentração de serviços públicos para o nível regional.

Aí se afirma que o principal desafio do eixo **Explorar a tecnologia** é utilizar a tecnologia digital para proporcionar aos cidadãos e empresas serviços seguros, acessíveis e sem esforço, facilitando e reduzindo interações, disponibilizando e reutilizando dados e promovendo a eficiência, sustentabilidade e simplificação dos processos de funcionamento da Administração Pública.

Isto porque a tecnologia da era digital altera a forma como pessoas e organizações trabalham e se relacionam. Se é verdade que permite ganhos de eficiência, também permite, com base na evidência dos dados, compreender ou mesmo antecipar necessidades e melhorar continuamente os serviços, cimentando a confiança dos cidadãos na Administração Pública.

Atualmente, no âmbito do **Plano de Recuperação e Resiliência** prevê-se um conjunto de investimentos para a transição digital na Administração Pública, nomeadamente:

- na reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares, com o redesenho do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal;
- na capacitação da Administração Pública (formação de trabalhadores e gestão do futuro);
- em infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas;
- em serviços eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência;

- no reforço do quadro geral de Cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos.

O reforço dos serviços públicos digitais assume-se, pois, como determinante para a melhoria das funções do Estado e para a sua relação com os agentes económicos e a generalidade dos utentes, condição essencial para a criação de um ambiente propício à promoção da competitividade, seja através da redução de custos administrativos que os oneram, seja também no reforço da previsibilidade, transparência, celeridade e eficiência dos processos, inevitavelmente através da desmaterialização e automatização de procedimentos, bem como da partilha de dados e informação numa lógica de interoperabilidade.

É amplamente reconhecido que a crise de saúde pública motivada pela Covid-19 provocou uma crise económica e social da qual surgiram novos desafios no contexto da relação entre a Administração Pública, os cidadãos e as empresas. Está em causa a promoção de condições mais favoráveis ao ambiente de negócios, à utilização de serviços públicos por cidadãos e empresas e a criação de mais valia na prestação de serviços públicos que se pretendem mais ágeis e próximos.

A resposta a esses desafios, devendo alavancar-se no digital, deve no entanto ser inclusiva, com a preocupação de *não se deixar ninguém para trás*.

A consciência de que as administrações públicas são intervenientes chave na transformação digital que se observa na sociedade, a qual se pretende que seja respeitadora de direitos fundamentais dos administrados, vem merecendo uma atenção crescente por parte de Estados membros da União Europeia.



Exemplo disso é a ***Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital***, aprovada pela Assembleia da República através da Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, onde se consagram: o direito de acesso ao ambiente digital; a liberdade de expressão e criação em ambiente digital; a garantia do acesso e uso; o direito à proteção contra a desinformação; os direitos de reunião, manifestação, associação e participação em ambiente digital; o direito à privacidade em ambiente digital; o uso da inteligência artificial e de robôs; o direito à neutralidade da Internet; o direito ao desenvolvimento de competências digitais; o direito à identidade e outros direitos pessoais; o direito ao esquecimento; os direitos em plataformas digitais; o direito à cibersegurança; o direito à liberdade de criação e à proteção dos conteúdos; o direito à proteção contra a geolocalização abusiva; o direito ao testamento digital; os direitos digitais face à Administração Pública; os direitos das crianças; a ação popular digital e outras garantias.

Entretanto, é consensual que existem setores críticos, de que são exemplos os transportes, a energia, a saúde e as finanças, por terem uma crescente dependência das tecnologias digitais no exercício da sua atividade. Embora a digitalização traga consigo enormes oportunidades e forneça soluções para muitos dos desafios que a Europa enfrenta, designadamente durante a crise de COVID-19, ela também expõe a economia e a sociedade a ciberameaças.

Entre nós, o Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho (Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação

da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019), visa dar resposta ao papel cada vez mais determinante que as tecnologias de informação assumem na forma como se desenvolve a vida em sociedade, seja na atividade dos agentes económicos e dos serviços públicos, seja nas próprias relações entre as pessoas e entre os cidadãos e a Administração Pública.

Conforme se afirma no preâmbulo deste diploma, o *desafio da transição digital, de alcance transversal, e a emergência de novas tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, a realidade virtual e aumentada e a Internet das coisas, sublinham a necessidade de assegurar um nível elevado de segurança das redes e dos sistemas de informação que sustentam o uso destas tecnologias.*

Procuram-se estratégias de segurança cibernética que, assentando no Estado de Direito, nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos valores democráticos, contribuam para garantir que todos os cidadãos e todas as empresas possam beneficiar plenamente de serviços e ferramentas digitais seguros e fiáveis, incluindo as suas interações com os serviços das administrações públicas.

Também recentemente, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, foi apresentada a **“Declaração de Lisboa - Democracia Digital com Propósito”**, na sequência da qual foi proposta uma base para o desenvolvimento dos **Princípios orientadores para uma abordagem aos serviços públicos baseada nos Direitos Humanos**.

Antecipa-se como necessária uma nova geração de prestação de serviços públicos, multifacetada e centrada no ser humano, privilegiando serviços públicos simples, inclusivos, integrados e devidamente alinhados com serviços públicos sustentáveis e de transição digital.

Nesta perspetiva, visa-se o reforço da relação entre o cidadão e o Estado, propiciando maior transparência e prestação de contas, o que pressupõe o empoderamento da sociedade civil, a promoção da participação cívica, a integridade da informação e escolhas responsáveis.

Baseada nos direitos humanos, tal relação deve nortear-se pelo combate à discriminação, às desigualdades e às lacunas digitais, através da promoção de serviços relevantes, tendo em vista melhorar as experiências dos utentes e assegurar que os serviços públicos não só são digitais, simples e seguros, mas estão também acessíveis a todas as pessoas, independentemente do perfil do utilizador, da sua idade, localização ou qualquer tipo de deficiência.

O incremento da interoperabilidade, da partilha de dados e da sua reutilização, é outro vetor importante, assim se aumentando a eficiência.

Tendo como visão um alinhamento total da prestação de serviços públicos com os valores éticos partilhados

no espaço comum da União Europeia, os Estados e as instituições governamentais devem fomentar uma transição digital centrada no ser humano, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e devem capacitar os titulares de direitos para reclamarem os seus direitos e os detentores de deveres para cumprirem as suas obrigações.

O cumprimento deste desígnio permitirá aumentar e reforçar a participação da comunidade, promover a transparência do Estado e a Administração Aberta, promover a responsabilização do Estado e dos detentores de deveres e reduzir as vulnerabilidades, nomeadamente nos estratos mais marginalizados e excluídos da sociedade. A Administração Pública deve igualmente garantir a privacidade e a proteção de dados pessoais dos cidadãos.

Tal abordagem dos serviços públicos, baseada em direitos humanos deve ter como traves mestras: a participação e a responsabilidade; a não discriminação e a dignidade humana; a transparência e a prestação de contas.

Em suma, perante os desafios que se colocam às administrações públicas, estas premissas, devidamente enquadradas por um Estado de Direito, devem visar a prestação de serviços públicos que sejam disponíveis, acessíveis, inclusivos e de elevada qualidade para todas as pessoas.

Artigo da responsabilidade - Direção de Serviços Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL), CCDR Alentejo.





2021 PORTUGAL.EU

**Princípios orientadores para
uma abordagem aos serviços
públicos baseada nos Direitos
Humanos**

22 de junho, Lisboa

Perspetiva 2030

Complementaridade entre o Plano de Recuperação e Resiliência e o Programa Operacional 2030



Perante os graves impactos da pandemia nas economias europeias, foi criado um instrumento estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da transição para uma sociedade mais ecológica e digital.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) reúne uma visão estratégica, reformas e investimentos estruturantes a implementar até 2026, de forma a promover uma recuperação transformativa, duradoura, justa, sustentável e inclusiva e evoluir para um país mais sustentável e mais digital.

O PRR é um plano de investimentos que vai preparar o País para o futuro (in <https://recuperarportugal.gov.pt>).

Para efeitos de concretização da estratégia regional, encontra-se em fase de preparação outro instrumento financeiro, relevante para a região, que é o Programa Operacional Regional, o que torna imprescindível que se proceda a uma articulação entre os dois instrumentos disponíveis, em períodos temporais, praticamente similares.

Neste contexto, considerou esta CCDR ser urgente recolher os contributos do seu Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI), no âmbito das competências deste Conselho (ponto 5 do art.º 6.º do DL n.º 228/2012), dado ser este o órgão que promove a coordenação técnica da execução das políticas da administração central, à escala regional.



Em termos operativos, o CCI é o órgão consultivo de excelência dos atores representantes da administração pública, na região, sendo essencial para tornar possível a articulação de políticas setoriais territorializadas. Neste sentido, reuniu este CCI no passado dia 7 de setembro, mantendo como ponto único da agenda o tema:

- *Investimentos regionais previstos no PRR e a sua complementaridade com o PO Alentejo 2030.*

Considerando que o território correspondente à NUTS III da Lezíria do Tejo faz parte da Região Alentejo para efeitos de financiamento comunitário e que seria importante poder contar também com a participação e os contributos dos representantes dos setores nesse território, a sessão do CCI foi alargada a esses convidados.

Respondendo ao desafio lançado na agenda da reunião, os representantes dos diversos setores participaram ativamente neste Conselho dando a conhecer alguns dos valores e tipologias de investimentos previstos para o seu setor. Apesar de alguma informação necessitar ainda de mais detalhe, a aprofundar posteriormente, é de destacar a importância da partilha de contributos, donde resultam sinergias entre os próprios setores e sobretudo entre os dois instrumentos financeiros com impacto no desenvolvimento da Região.

Após esta partilha de informação, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, presidente deste Conselho, deu relevância à importância deste trabalho conjunto, salientando a necessidade de os investimentos identificados terem caráter de complementaridade com a tipologia de investimentos previstos para o PO Regional Alentejo 2030. Este trabalho de articulação programática terá continuidade com outros momentos de envolvimento e participação dos vários stakeholders, instituições e órgãos regionais.



Artigo da responsabilidade - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.



O Alentejo no contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região

Situação a 30 de junho de 2021

O PORTUGAL 2020 para consagrar a política de desenvolvimento económico, social e territorial para Portugal, no período que medeia entre 2014 e 2020, reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente, FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP. Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais das intervenções dos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o ALENTEJO 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE, PDR 2020. Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela ADC no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial, sendo a última referente a 30 de Junho de 2021 e a informação disponibilizada nos sites do PDR 2020 e MAR 2020, também referente à mesma data.

Síntese Trimestral

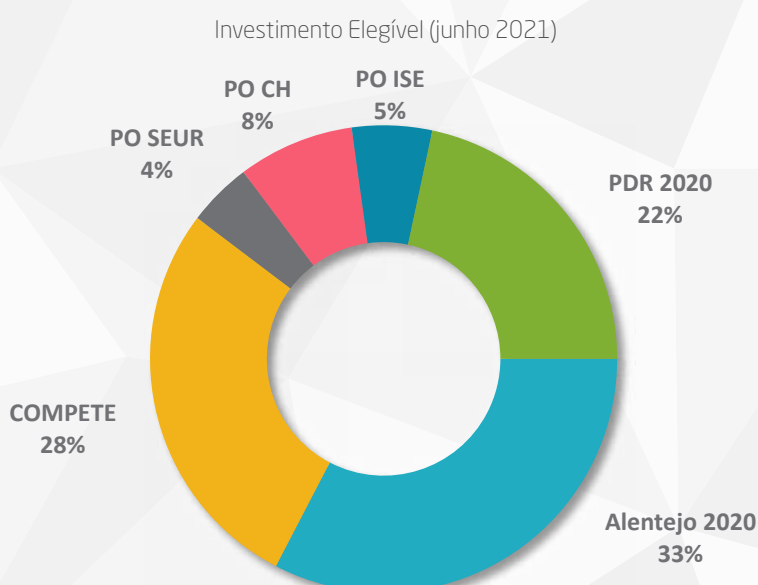
Durante o último trimestre pode constatar-se que houve crescimento significativo sobretudo ao nível das operações aprovadas, sendo mais moderado ao nível do investimento elegível e dos fundos europeus comprometidos, ainda assim com valores de compromisso interessantes.

Quadro 1 - Evolução Global dos Fundos Europeus

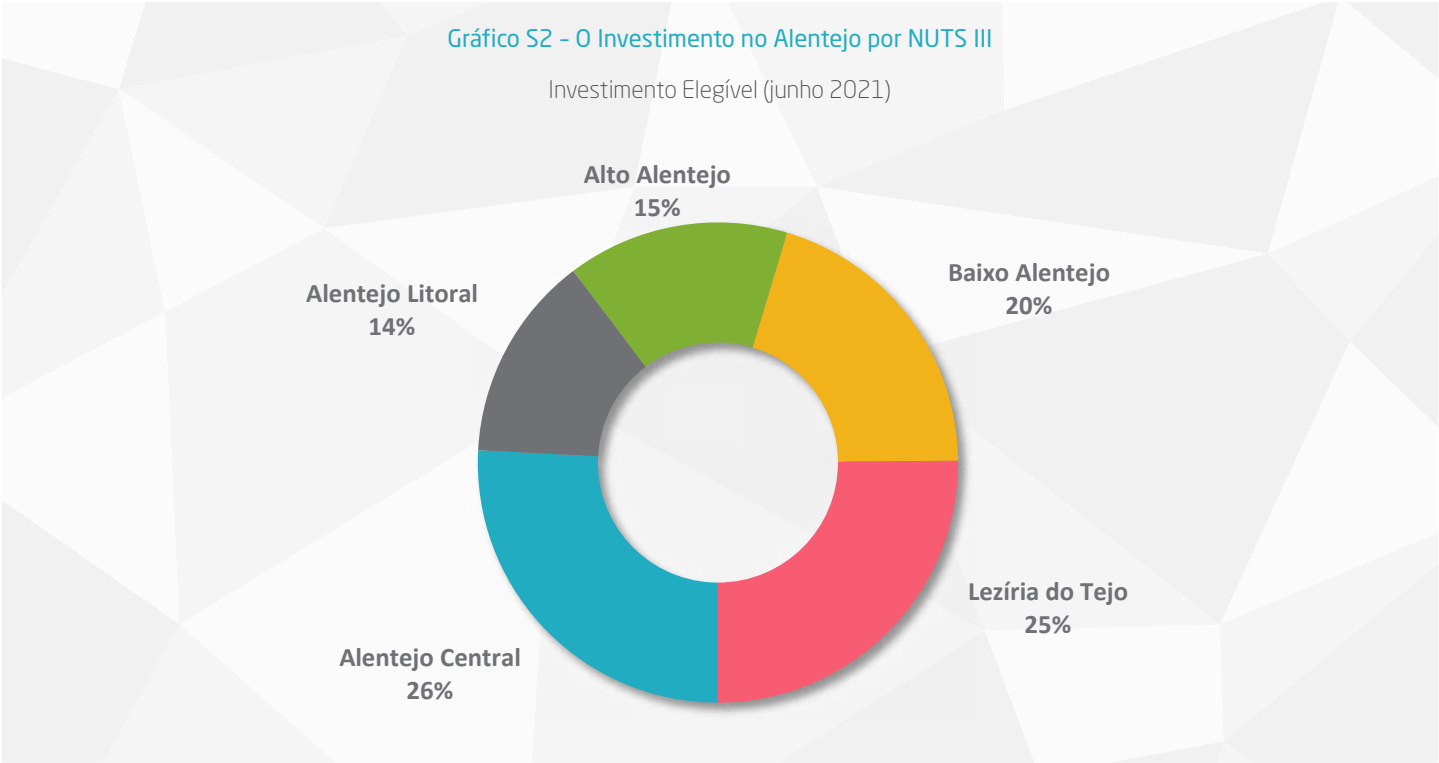
	Acréscimo Relativo	
	Trimestre Anterior	Ano Anterior
Nº Operações	11,6%	43,1%
Investimento Elegível	4,1%	28,2%
Fundo Europeu	3,8%	19,4%

O mesmo se passou ao longo do último ano (jun. 2021 - jun. 2020), durante o qual se registaram acréscimos significativos ao nível de cada uma das variáveis analisadas.

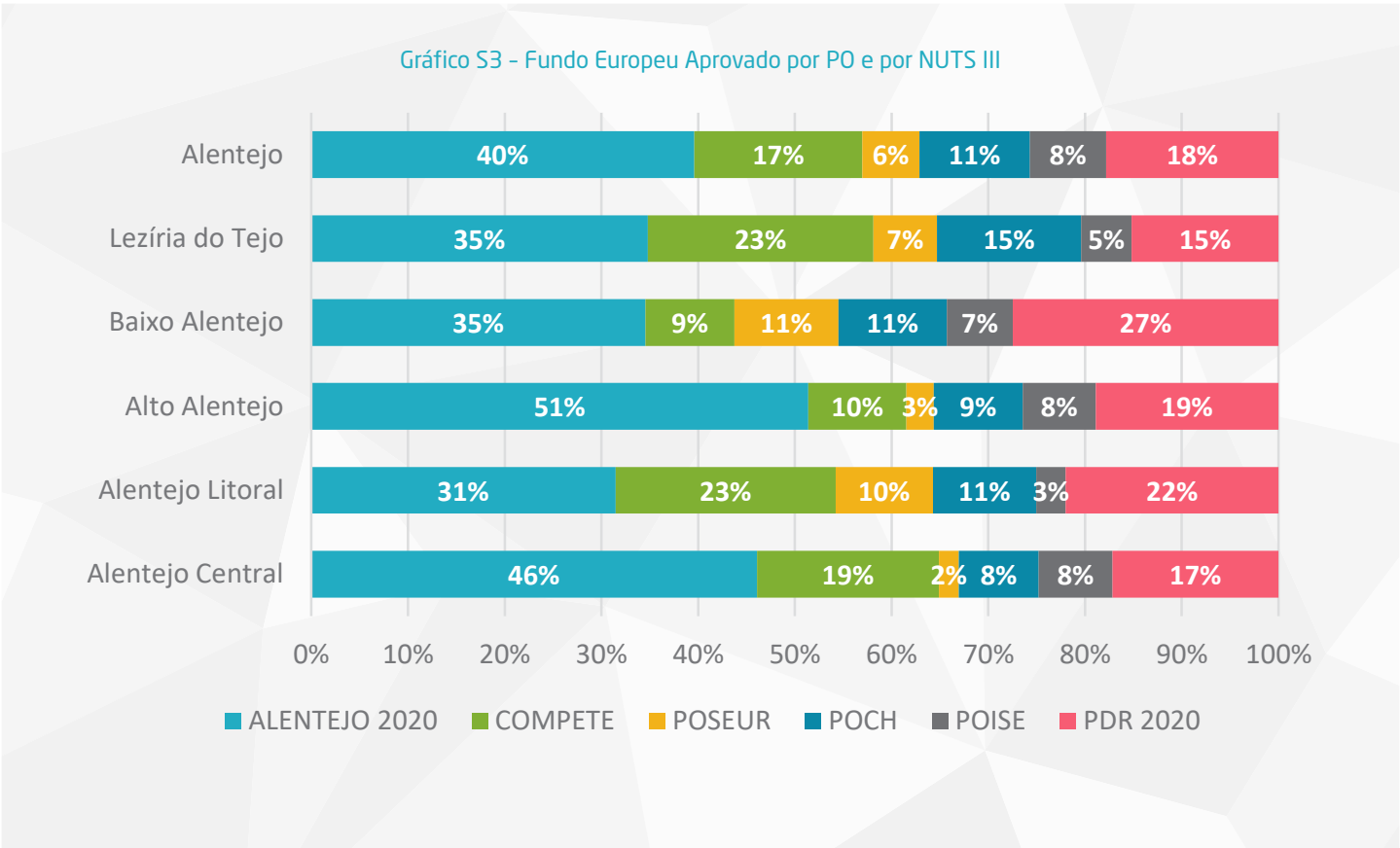
Gráfico S1 - O Investimento por Programa Operacional no Alentejo



Conforme se pode constatar, nesta região, a maior parte do investimento elegível encontra-se aprovado ao abrigo das candidaturas ao ALENTEJO 2020, seguindo-se o PDR 2020 e o COMPETE 2020, entre os três são responsáveis por 83% de todo o investimento elegível candidatado e aprovado ao abrigo dos Programas Operacionais.



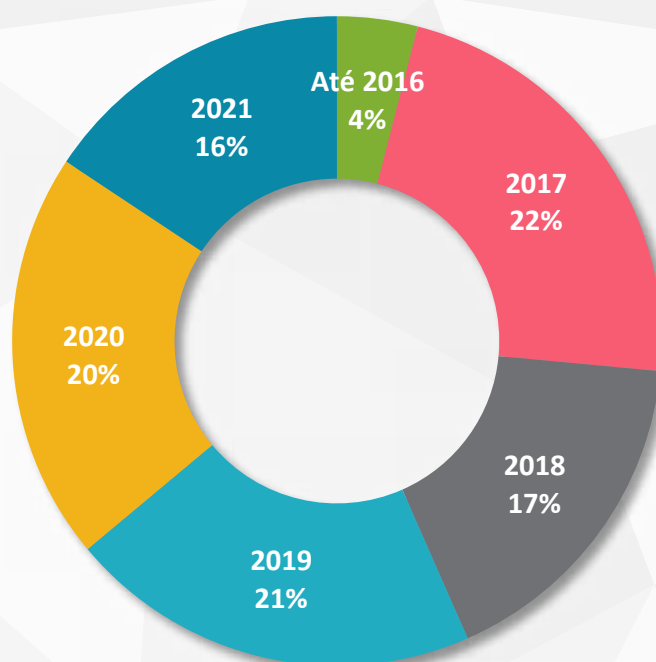
Por sua vez, o maior volume de investimento elegível aprovado encontra-se no Alentejo Central, seguido de perto pela Lezíria do Tejo, estas duas NUTS III concentram 51% do investimento elegível aprovado para esta região.



O Alto Alentejo é a NUTS III onde o Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020 assume maior destaque no contexto dos fundos europeus aprovados para financiar o investimento nessa NUTS III. Por sua vez, no Alentejo Litoral é onde o PO Regional assume menos preponderância no contexto dos PO's financiadores. De salientar ainda, o peso relativo que o PDR 2020 tem na NUTS III Baixo Alentejo, na qual se aproxima do peso do ALENTEJO 2020.

Fazendo uma retrospectiva acerca de pagamentos de fundos europeus verifica-se que o maior volume ocorreu durante o ano de 2017, e que até agora em 2021 já se fizeram pagamentos em valor que corresponde a cerca de 16% do total de pagamentos de fundos europeus efetuados desde o início do PORTUGAL 2020.

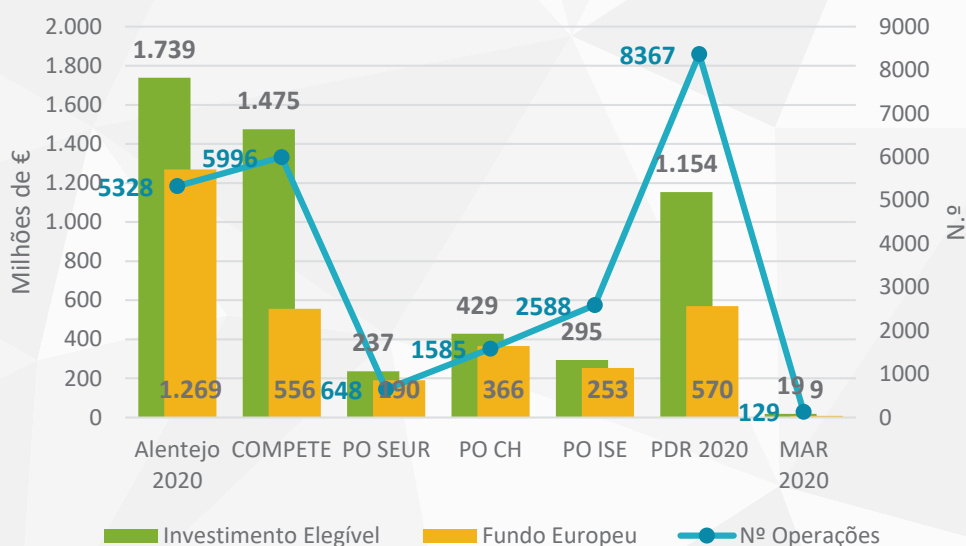
Gráfico B4 - Pagamentos de Fundos Europeus no Alentejo no âmbito do Portugal 2020



Operações aprovadas por programa operacional

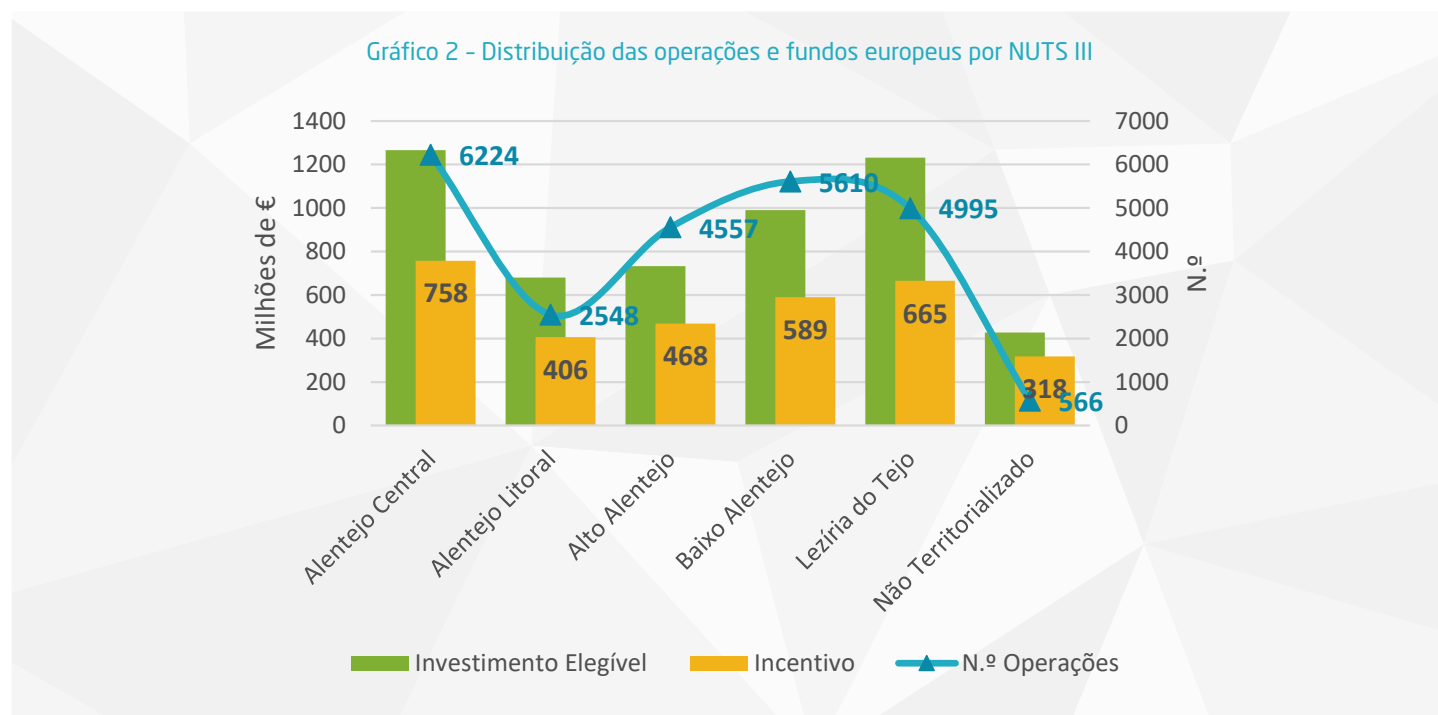
À data de realização deste estudo, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020.

Gráfico 1 - Os Programas Operacionais no Alentejo



O PDR 2020 por ter a sua génese adequada à base económica do Alentejo e por ter sido o primeiro a arrancar, apesar de ter vindo a perder influência, é o que tem mais operações aprovadas 34% do total. Por sua vez o ALENTEJO 2020 é o que apresenta maior volume de investimento elegível, com 1.739 milhões de euros e o que mais fundos europeus mobiliza, 1.269 milhões de euros, (39%), sendo também o que apresenta maior valor médio de investimento por projeto (mais de 395 mil euros/projeto). Refira-se, que com o evoluir do tempo está a notar-se uma diminuição do peso relativo do PDR 2020 no contexto global da aplicação de fundos europeus no Alentejo, também como resultado de uma evolução gradual na execução dos outros PO's, designadamente o ALENTEJO 2020 e o POCH, enquanto o PDR 2020 já atingiu uma fase de maturidade.

A distribuição territorial dos fundos europeus dá uma perspetiva que permite constatar, ainda que de forma algo simplista, algum do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 2, que representa a distribuição dos fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 25%) ocorre na NUTS III Alentejo Central, seguida de perto pelo Baixo Alentejo (23%), sendo que a primeira é a mais representativa no que respeita a investimento elegível e fundo europeu aprovado para apoiar as operações em curso, com percentagens de 24%. Em termos de relevância a Lezíria do Tejo assume também destaque, pois vai representar cerca de 23% do investimento elegível e 21% fundo europeu aprovado.

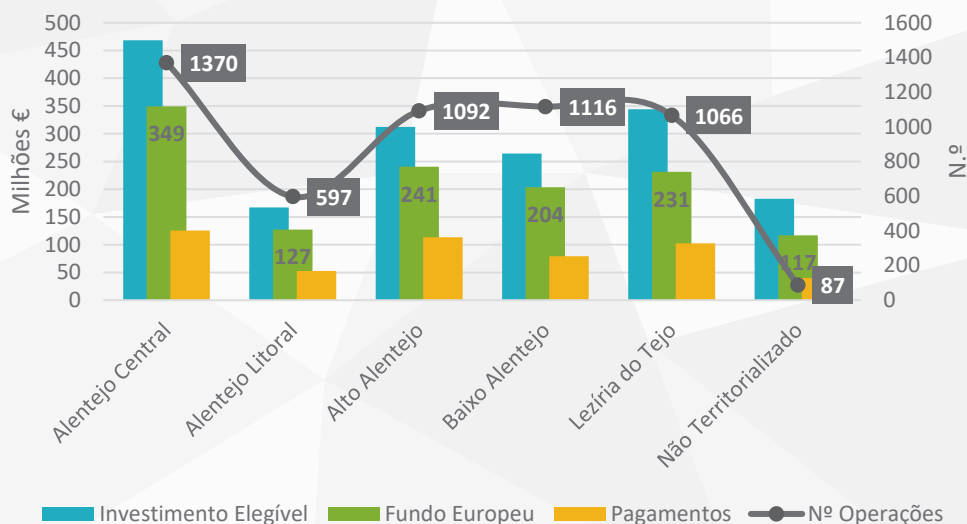


Observando o gráfico importa fazer uma chamada de atenção para o número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes com particular destaque para o FSE, que representa cerca de 43% das operações não territorializadas e 53% dos fundos europeus utilizados para as apoiar. Isto ocorre em função da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário, os quais dificultam muito a sua afetação territorial, contudo, este registo tem vindo a ser progressivamente menor. Por sua vez o FEDER representa 34% das operações e 19% do fundo europeu não territorializado, mas neste caso em função de haver um determinado número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.



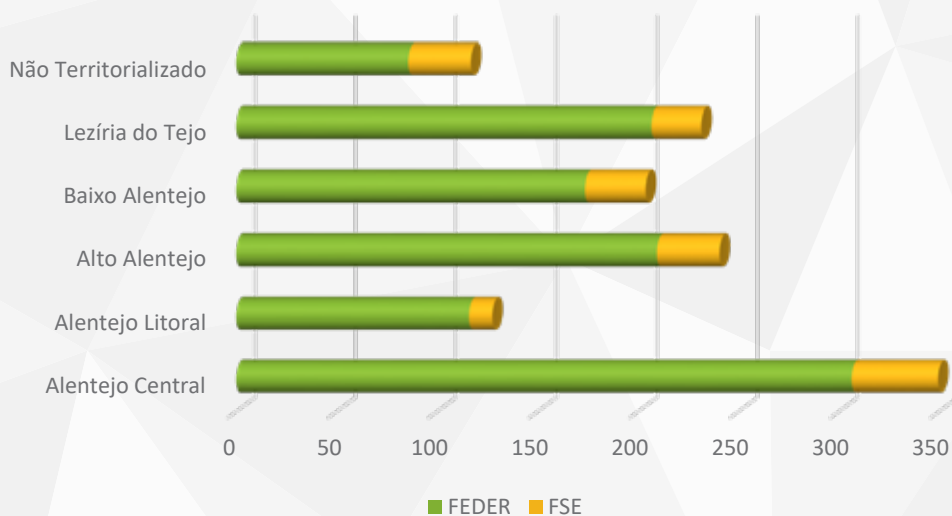
Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020

Gráfico 3 - O Alentejo 2020 por NUTSIII



A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo deste Programa Operacional evidência que a NUTS III Alentejo Central se destaca das demais por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (28% do total). Acontece também, que existe um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que no seu conjunto representam cerca de 9% dos fundos aprovados para apoiar as operações. De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma informação que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 8%.

Gráfico 4 - O Alentejo 2020 por Fundo Europeu e NUTSIII



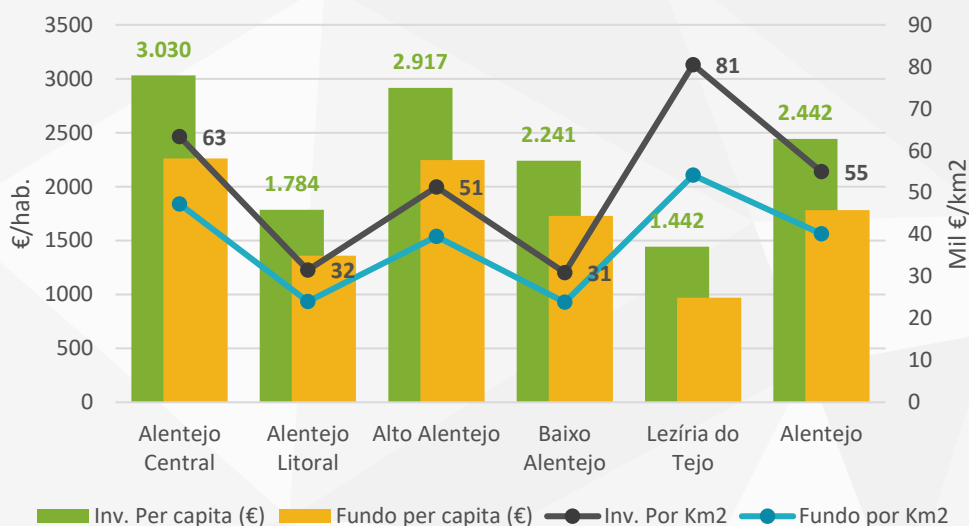
Este Programa é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e também em todas as NUTS III. Desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 72% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 88% no que diz respeito a investimento elegível, 86% do total de fundo europeu aprovado e 91% dos pagamentos efetuados.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes neste PO e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de intervenção: Qualificação e Inovação de PME e Reabilitação Urbana do FE-

DER e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar do FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

No sentido de se poder fazer alguma avaliação aos impactos que o ALENTEJO 2020 está a ter na região calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva relativamente ao peso dos fundos europeus na região. Desta forma constata-se que o Alentejo Central apresenta o maior volume de investimento per capita, bem como, detém o maior volume de fundos europeus aprovados per capita (2146 €/hab.) neste Programa Operacional. Já no que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento, por unidade de área, nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo (66%) do que nas restantes NUTS III, nas quais se vai aproximar ou supera os 75%.

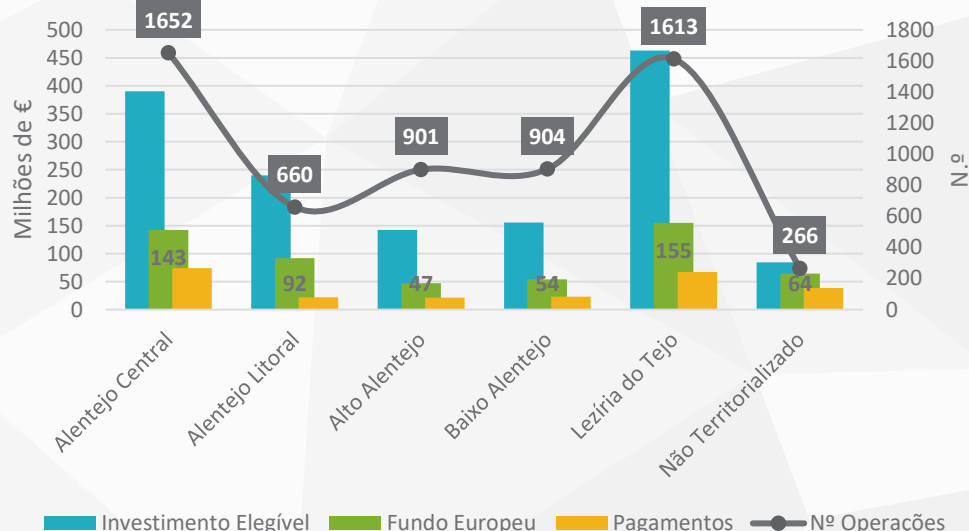
Gráfico 5 - Indicadores de densidade no Alentejo 2020 por NUTSIII



Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020

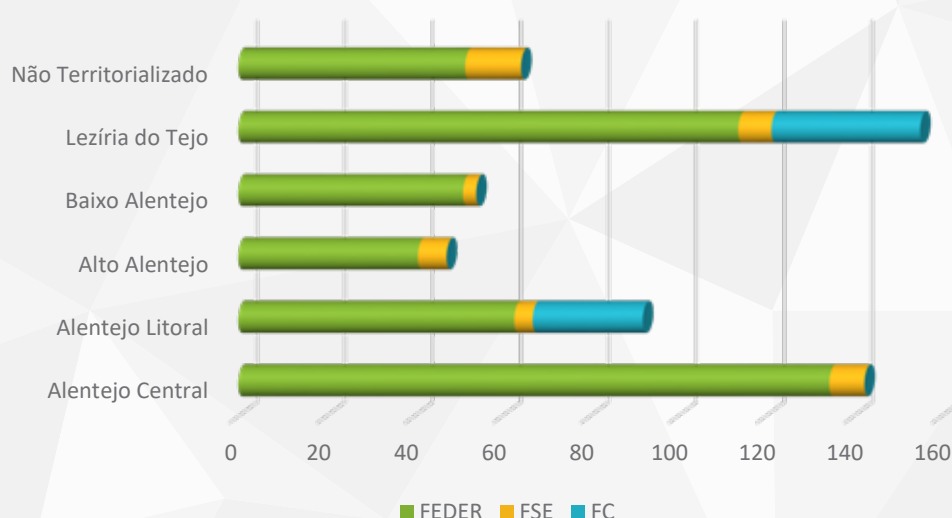
No diz respeito á distribuição territorial constata-se que este PO temático incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo que detêm 26% e 28%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações. Indiciando que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial. Saliente-se também que o número de operações não territorializadas ascende a 4%, que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo qualificado e criativo; Internacionalização das PME e Empreendedorismo e Inovação Social.

Gráfico 6 - O COMPETE 2020 por NUTSIII



Este Programa Operacional é suportado por três fundos estruturais, o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos; e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

Gráfico 7 - O COMPETE 2020 por Fundo Europeu e NUTSIII

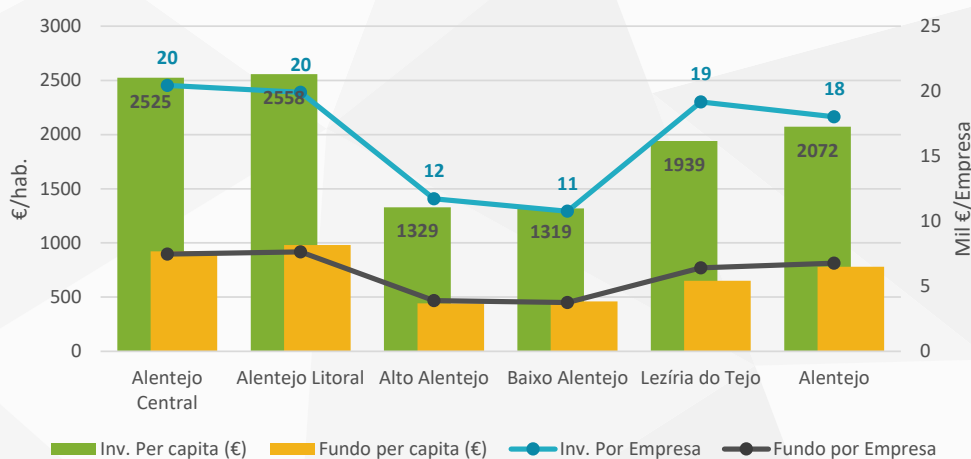


Nesta altura de entre todos eles o FEDER é o mais representativo ao atingir valores que variam entre os 91% do número de operações e os 92% do investimento elegível, 82% do fundo aprovado para as apoiar e os 91% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa. O Fundo de Coesão só tem expressão nas NUTS III Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo, nas quais representa 27% e 22% do total de fundos europeus aprovados neste PO, respetivamente. Em todas as restantes apenas são mo-

bilizados o FEDER e o FSE e em todas elas o FEDER valores próximos ou superiores a 90% dos fundos europeus aprovados.

Relativamente aos indicadores de densidade verifica-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu per capita, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por empresa, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nesta NUTS III. De referir ainda que o investimento elegível é suportado pelos Fundos europeus varia entre os 33% no Alto Alentejo e os 38% no Alentejo Litoral quando a média regional deste indicador se situa nos 37,6%.

Gráfico 8 - Indicadores de densidade no COMPETE 2020 por NUTSIII



Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

Este programa operacional está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. E em termos de distribuição territorial foge um pouco às distribuições anteriores pois assume a sua maior expressão nas NUTS III Baixo Alentejo, com 31% do investimento elegível e 34% do apoio aprovado; em segundo plano destacam-se Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo com 20% e 27% do investimento elegível; e 22% e 23% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas, respetivamente.

Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da água, que mobiliza 56% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações inseridas neste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão inseridas na Tipologia Eficiência energética nas habitações, a qual representa 26% do investimento elegível e 18% do fundo europeu não territorializado neste PO.

Gráfico 9 - O PO SEUR por NUTS III

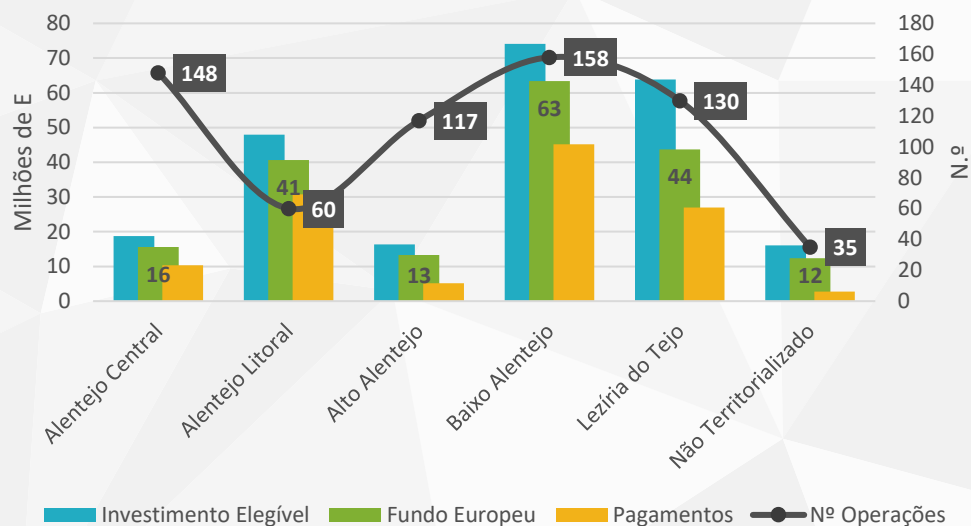
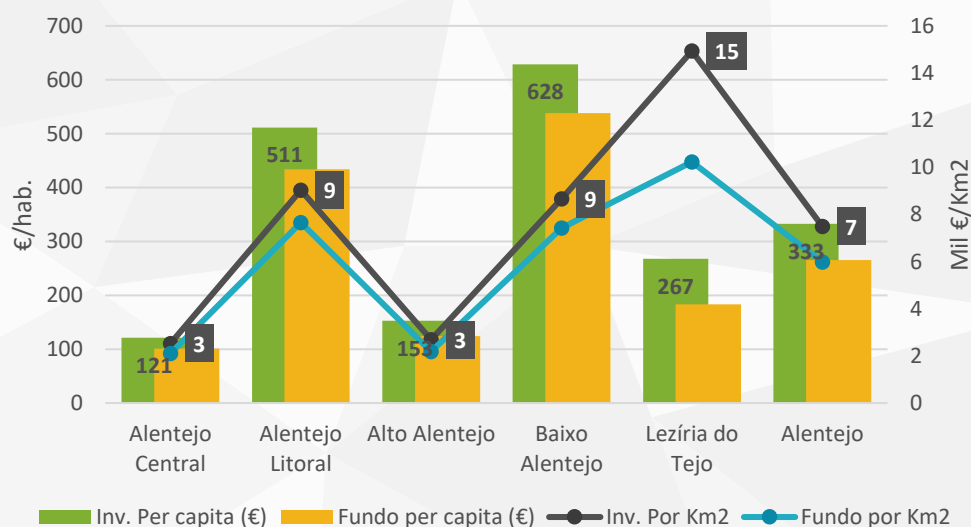


Gráfico 10 - Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTSIII



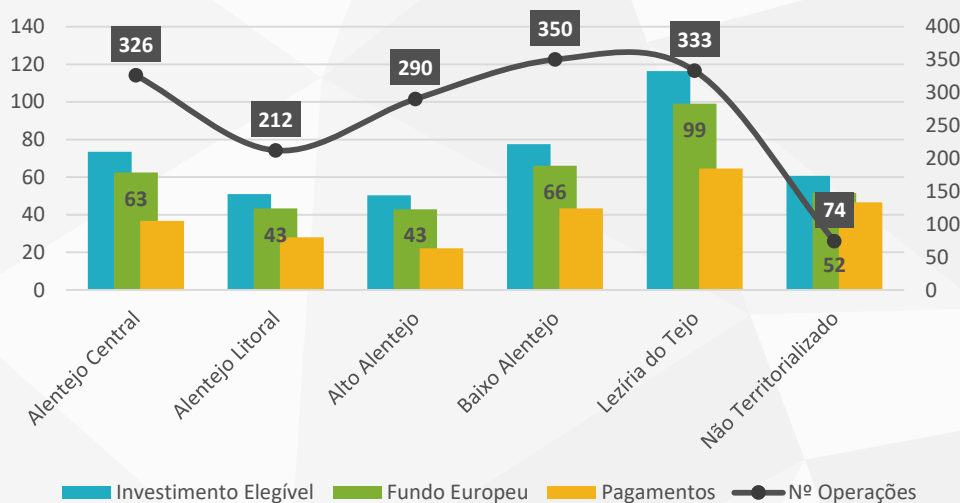
No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral são os que apresentam valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu per capita, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante destas NUTS III. Já relativamente aos valores observados por unidade territorial, estes revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas NUTS III. De salientar que em quatro das cinco NUTS III do Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, a parte do investimento elegível suportada pelos Fundos europeus é superior a 80%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 80%.



Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais pois é que apresenta 21% das operações aprovadas, 27% de Investimento elegível e de fundo europeu mobilizado para as apoiar. Merece destaque também o número de operações em operações não territorializadas (5%), que contudo, concentram 14% do Investimento elegível e do incentivo concedido, facto que está muito ligado à génese deste PO que por vezes tem muita dificuldade em ligar as operações ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação avançada.

Gráfico 11 - O PO CH por NUTS III

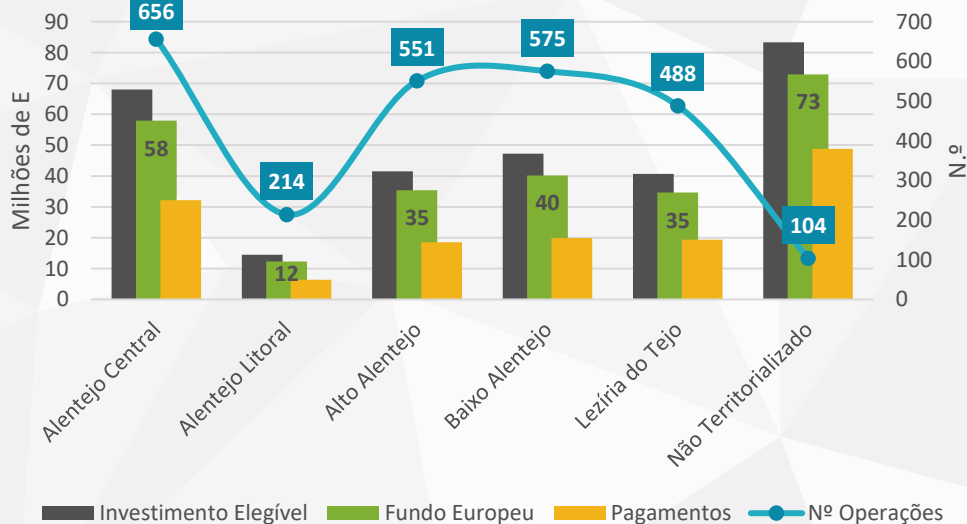


Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no quadro 13.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

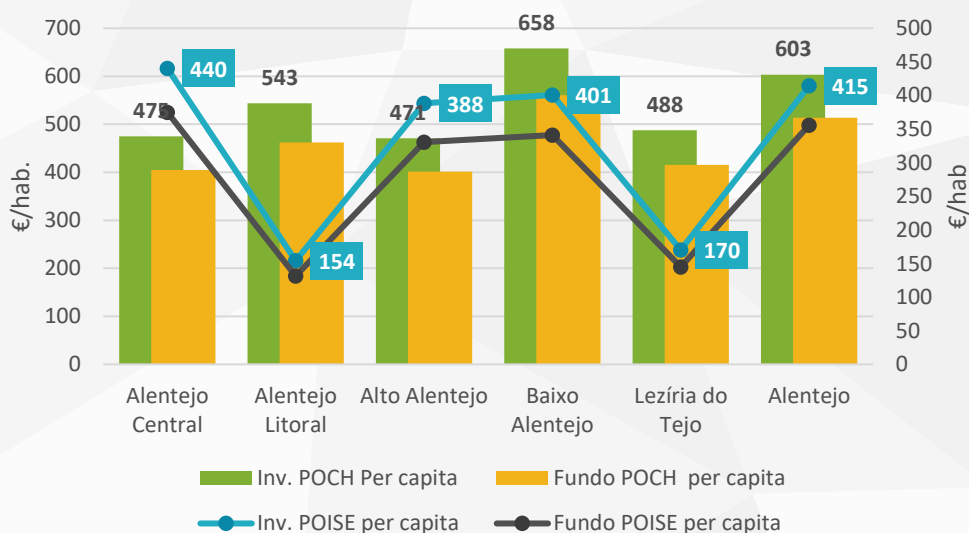
À semelhança do anterior este programa operacional tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, constata-se que as operações não territorializadas destacam-se das demais NUTS III e assumem predominância com 4% das operações contratadas, bem como, com 28% do investimento elegível e do fundo europeu aprovado para as financiar, bem acima dos valores do Alentejo Central que detém 25% das operações aprovadas, as quais representam 23% do investimento elegível e 23% do FSE aprovado para as apoiar.

Gráfico 12 - O PO ISE por NUTS III



Esta situação evidencia-se devido às tipologias de intervenção que compõem este PO, assentes em programas abrangentes e centralizados o que condiciona uma análise mais desagregada pelo território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral; Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos jovens no mercado laboral.

Gráfico 13 - Indicadores de densidade no POCH e no POISE por NUTSIII



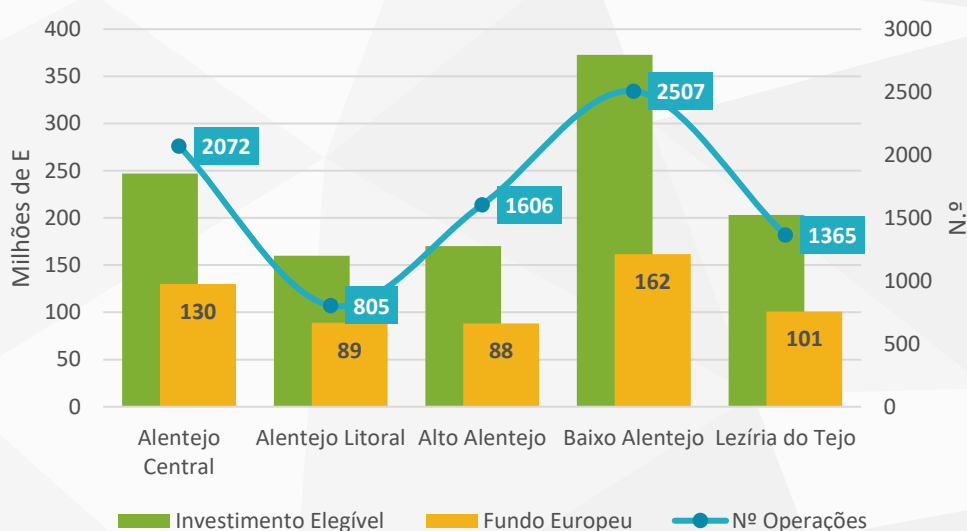
No que concerne aos indicadores de densidade no caso do POCH e POISE, uma vez que se tratam de Programas virados para a qualificação das populações, optou-se por calcular os indicadores per capita. No caso do POPH observa-se que assume algum destaque o Baixo Alentejo, que é a única NUTS III na qual os valores dos indicadores superam a média regional. No caso do POISE a situação é semelhante sendo que o Alentejo Central destaca-se, das demais NUTS III, com valores superiores à média regional. No caso do POCH estão contratadas operações que pressupõem um valor de investimento na região superior a 603 euros por habitante, enquanto no que respeita ao POISE esse valor ascende a cerca de 415 euros/habitante.



Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020

O PDR 2020 é financiado única e exclusivamente pelo FEADER e tem sofrido alterações muito ligeiras de trimestre para trimestre, uma vez que foi o primeiro programa a atingir a maturidade e a ter a maior parte do fundo comprometido. Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 15% no Alto Alentejo e os 28% no Baixo Alentejo. Sendo que esta NUTS III é que se destaca um pouco mais, uma vez que apresenta o maior número de candidaturas aprovadas (30%) e o maior volume de investimento elegível (32%).

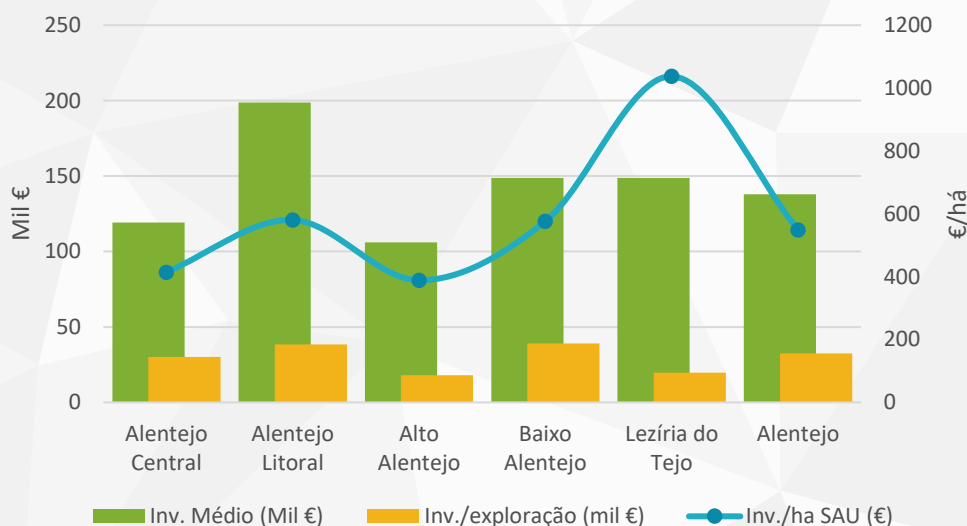
Gráfico 14 - O PDR 2020 por NUTS III



Esta situação está ligada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA, que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola.

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta maiores valores de investimento médio (próxima dos 199 mil euros), enquanto o Baixo Alentejo apresenta maior volume de investimento por exploração (39 mil euros), indiciando que existe uma mobilização muito grande de investimento para estas sub-regiões. Por sua vez, a Lezíria do Tejo é a NUTS III que apresentam maior volume de investimento por unidade de área, próximo de 1 037 €/ha, indiciando uma maior intensidade de investimento nas explorações localizadas nesta NUTS III.

Gráfico 15 - Indicadores de densidade no PDR 2020 por NUTSIII



ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em destaque



Ficha de Projeto

Projeto:

Reabilitação do Edifício da Biblioteca Municipal de Grândola

Beneficiário:

Município de Grândola

Concelho (Localização Física da Operação):

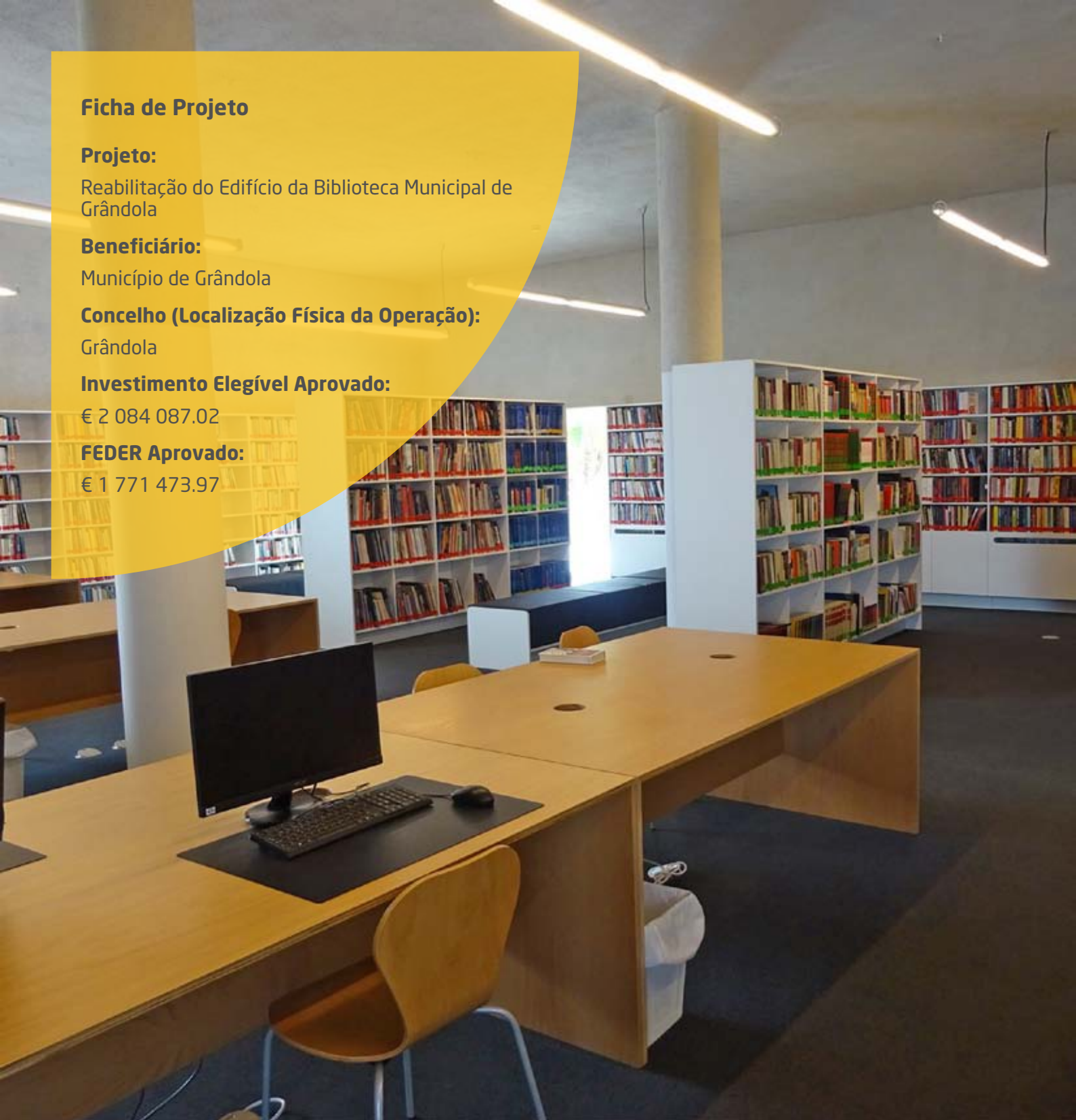
Grândola

Investimento Elegível Aprovado:

€ 2 084 087.02

FEDER Aprovado:

€ 1 771 473.97



Descrição:

A operação visa a reabilitação integral de edificado, tirando partido dos seus principais lanços estruturais e espaço envolvente da Biblioteca Municipal de Grândola, criando espaços exteriores, promovendo a utilização das instalações e a participação nas atividades e serviços disponibilizados no edifício. Foi criado um Pátio, entendido como sala exterior, formado por galerias e estabelecendo o ponto principal de acesso ao edifício, com o objetivo de criar ligações que permitam estabelecer percursos de continuidade urbana.

O objetivo de intervenção, além de requalificar o equipamento coletivo e dinamizar atividades culturais, pretende a qualificação do espaço público e melhoria da imagem urbana.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



Ficha de Projeto

Projeto:

HYDROREUSE - Tratamento e reutilização de águas residuais agroindustriais utilizando um sistema hidropónico inovador com plantas de tomate

Beneficiário:

Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo - CEBAL

Concelho (Localização Física da Operação):

Beja

Investimento Elegível Aprovado:

€ 725 883.15

FEDER Aprovado:

€ 617 000.68



Descrição:

Desenvolvimento de processos inovadores de tratamento e reutilização (precipitação e hidroponia) das principais águas residuais agroindustriais produzidas na região do Alentejo (matadouros, adegas, lagares e queijarias) com produção de frutos de tomate com características melhoradas (firmeza, sólidos solúveis, açúcares redutores, proteínas totais, potássio, e licopeno), os quais têm benefícios potenciais para o mercado e saúde pública.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



ALENTEJO 2020

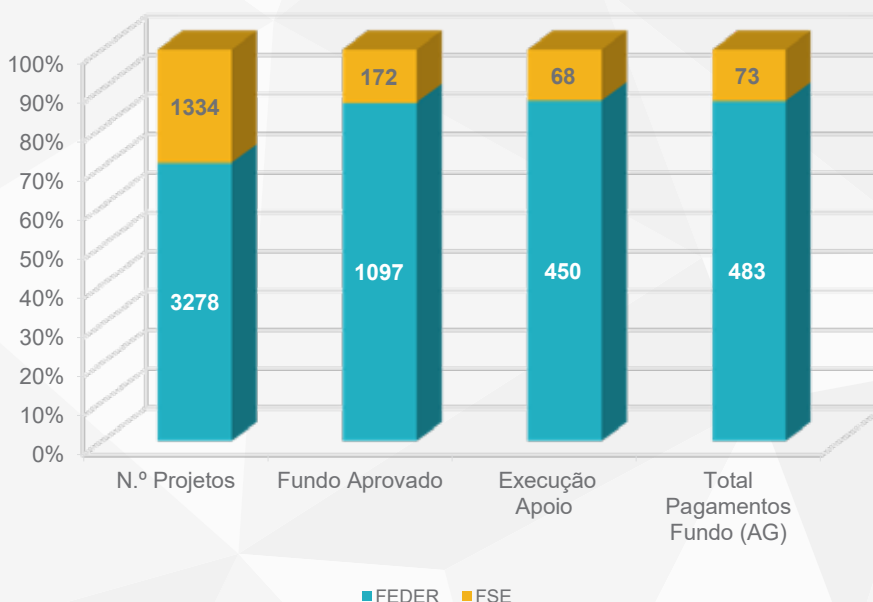
Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Síntese de execução do ALENTEJO 2020

Situação a 30 de junho de 2021

Esta síntese foi elaborada com base na informação disponibilizada pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020, relativa a 30 de Junho de 2021. Os dados recolhidos permitem observar que, no âmbito deste Programa Operacional, encontram-se aprovados 1270 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 4.612 operações, sendo que o principal financiador é o FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que representa 87% dos fundos europeus aprovados.

Gráfico - Síntese da Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 517 milhões de euros, a maior parte deles (87%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores cerca de 557 milhões de euros.

Gráfico - Indicadores de Execução do Alentejo 2020



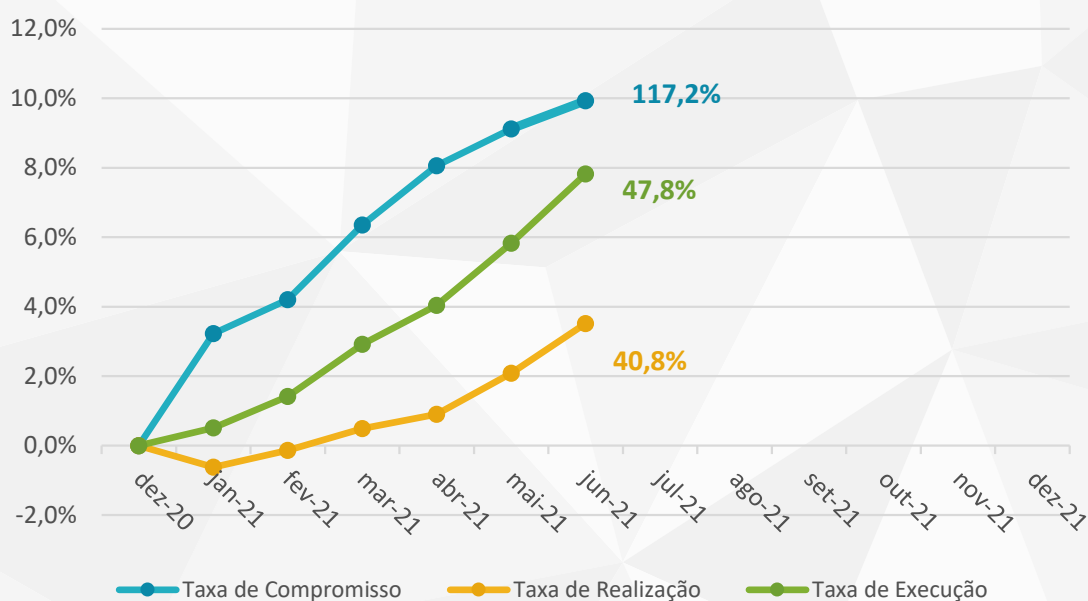
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente à execução do programa, através da análise efetuada aos indicadores produzidos, constata-se que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores próximos de 117% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 41% e 48%, respetivamente e valores ligeiramente mais elevados (108%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Executado).

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, constata-se que o FEDER se destaca por apresentar taxas de compromisso, realização, execução superiores à média do PO, enquanto o FSE apresenta taxas de pagamento superiores.

Analisando a evolução dos indicadores de execução do ALENTEJO 2020, ao longo do ano de 2021, constata-se que a mesma foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram quase 10% durante o corrente ano, situando-se nesta altura nos 117%, valores que é superior 10 p.p.ao registado em Dezembro de 2020. Durante o ano corrente as taxas de realização e de execução apresentam acréscimos positivos de 3,5 e 7,8 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 4,9 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 53 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução do Alentejo 2020, crescimento em 2021

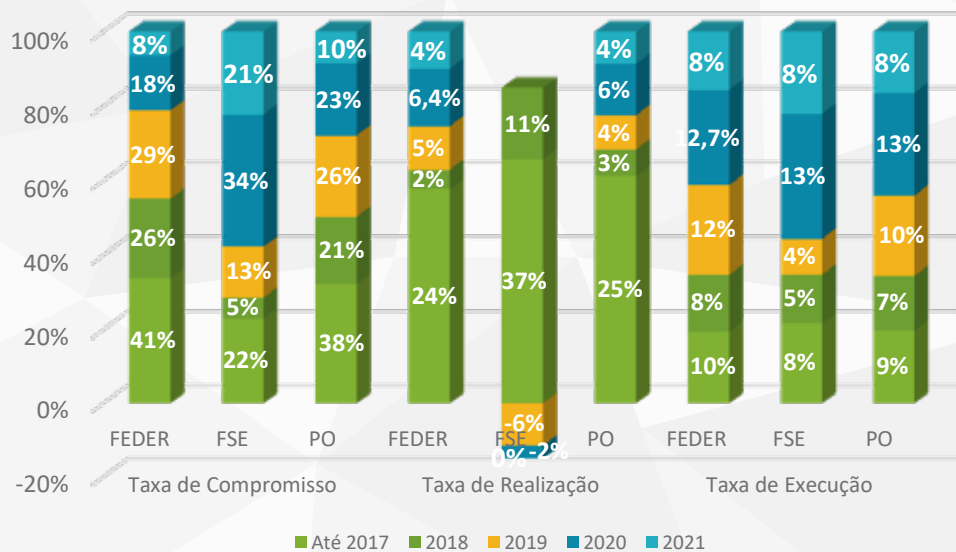


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Efetuada uma análise relativamente à evolução anual do PO Regional e dos fundos europeus que o apoiam, constata-se que os maiores volumes de compromisso, expressos na taxa respetiva ocorreram até 2017, quer para o PO em si, quer para o FEDER. Contudo verifica-se que ao longo de 2020 o FSE apresenta valores interessantes de acréscimo da taxa de compromisso (34%), que o torna o ano com maior valor de compromisso para este fundo europeu, mas que ainda assim está abaixo da média de compromisso do PO Regional.

No que respeita às taxas de realização observa-se que o padrão seguido é semelhante ao que se passa a nível de compromisso, com uma grande expressão até 2017, continuada por 2018, mas com algum deficit de crescimento ou mesmo retrocesso em 2019, 2020 e 2021.

Gráfico – Evolução da Execução do Alentejo 2020 por Fundos Europeus

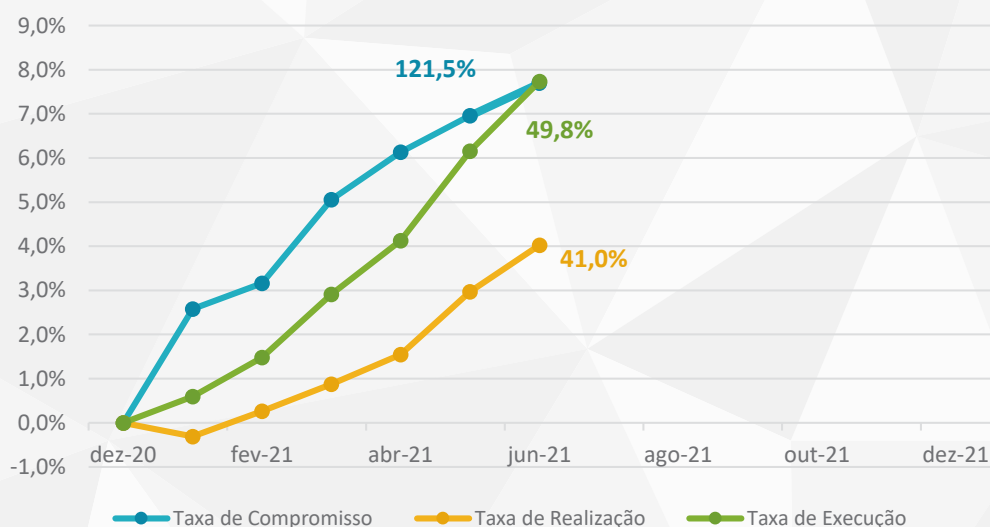


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente à evolução das taxas de execução verifica-se que o ano de maior evolução foi 2020, no qual o PO registou um acréscimo de 13%, fruto de um desempenho equilibrado de ambos os fundos.

Realizando o mesmo tipo de análise de execução relativamente a cada um dos fundos europeus que financiam o PO Regional, constata-se que ao longo do período têm apresentado dinâmicas de execução diferentes.

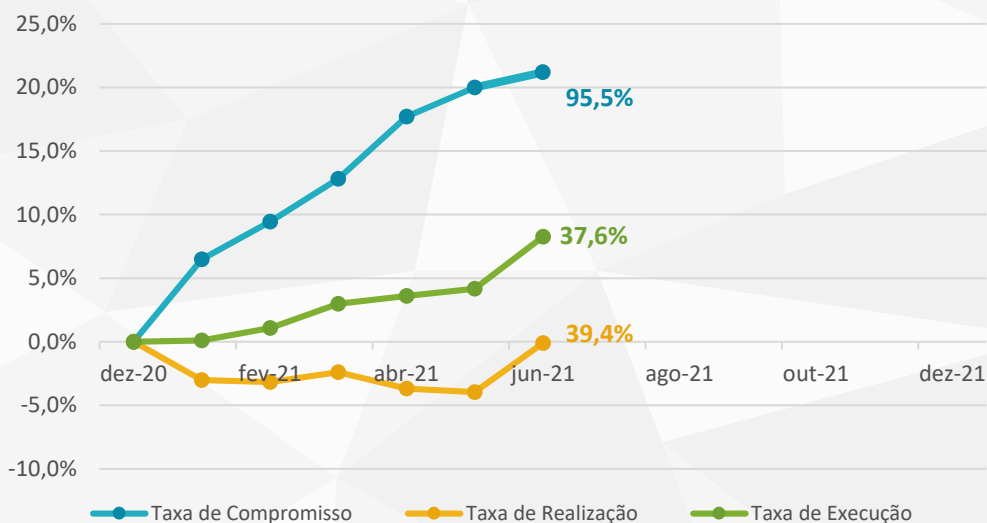
Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do FEDER no Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Analisando a evolução dos indicadores de execução do FEDER no PO Regional, ao longo do ano de 2021, até 30 de Junho, constata-se que a mesma foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram 7,7% durante o corrente ano, situando-se nesta altura nos 122%, valor que é superior 8 p.p. ao registado em Dezembro de 2020. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 3,6 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou aproximadamente em 44 milhões de euros de FEDER no período em análise.

Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução do FSE no Alentejo 2020

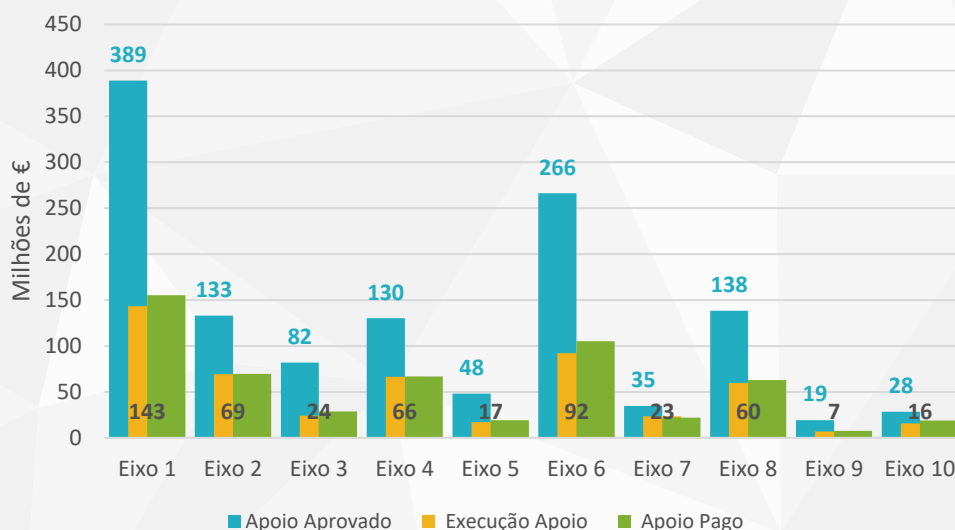


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Já no que respeita à evolução dos indicadores de execução do FSE no PO Regional, ao longo do ano de 2021, até 30 de Junho, constata-se que a mesma foi diferenciada, sendo positiva para as taxas de Compromisso e Execução e ligeiramente negativa para a taxa de realização. Ao nível das taxas de compromisso constata-se que cresceram 21% durante o corrente ano, situando-se nesta altura nos 95,5%, valor que é superior em 21.5 p.p. ao registado em Dezembro de 2020. Durante o ano corrente as taxas de realização e apresentam um decréscimo que se cifra em 0,1 pontos percentuais. Enquanto isto a taxa de Execução regista um acréscimo de 8,3 pp, resultante de um esforço de validação que se cifrou em mais de 9,5 milhões de euros de FSE no período em análise.

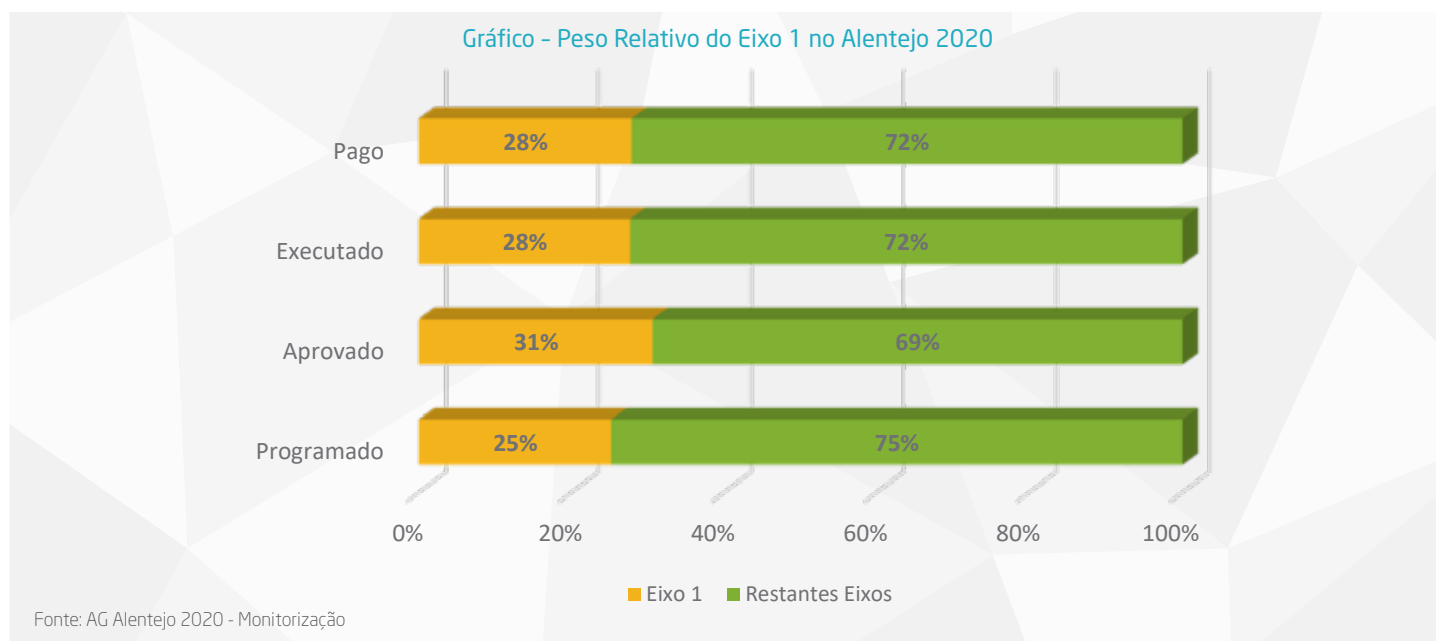
Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1-Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, representam 86% do investimento elegível aprovado neste PO Regional. Em 31 de Março de 2020, esses cinco eixos representavam 83% dos fundos aprovados e do fundo executado e dos fundos pagos.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários

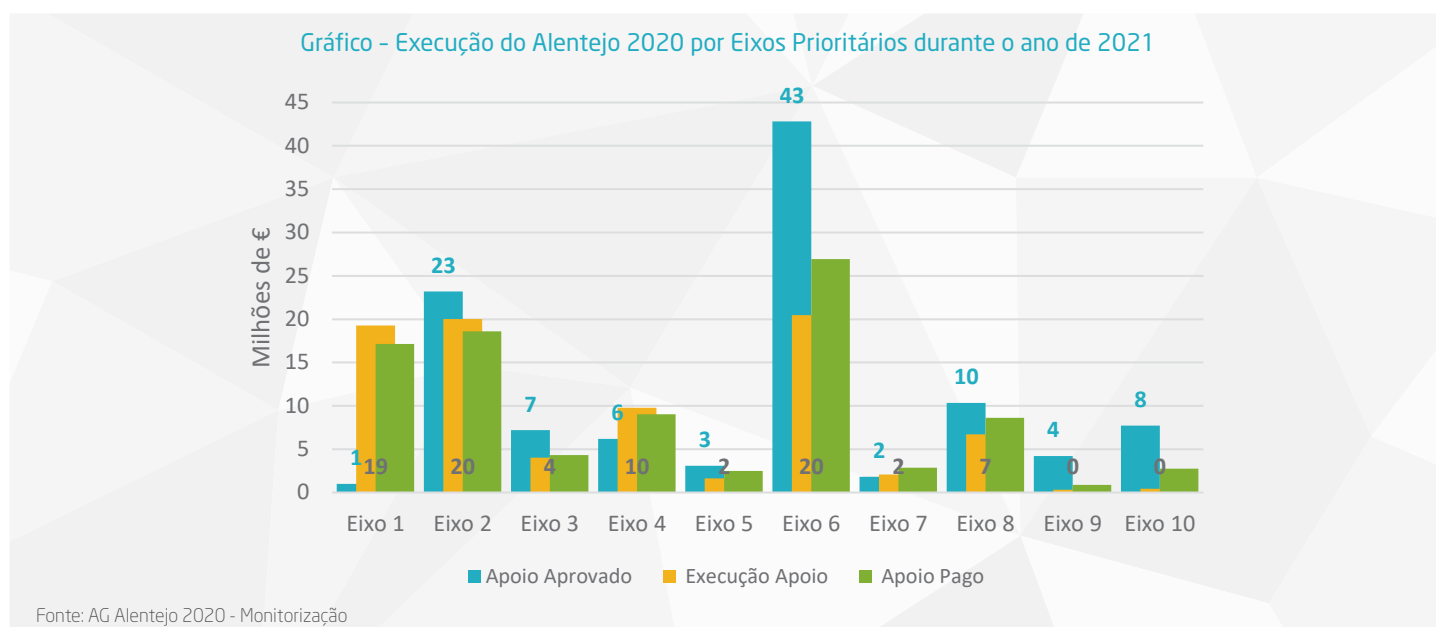


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

De entre os Eixos Prioritários mencionados, a nível de valores acumulados desde o início do programa, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (32%), como a nível de Fundo executado (28%), e também de Fundo Pago (28%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

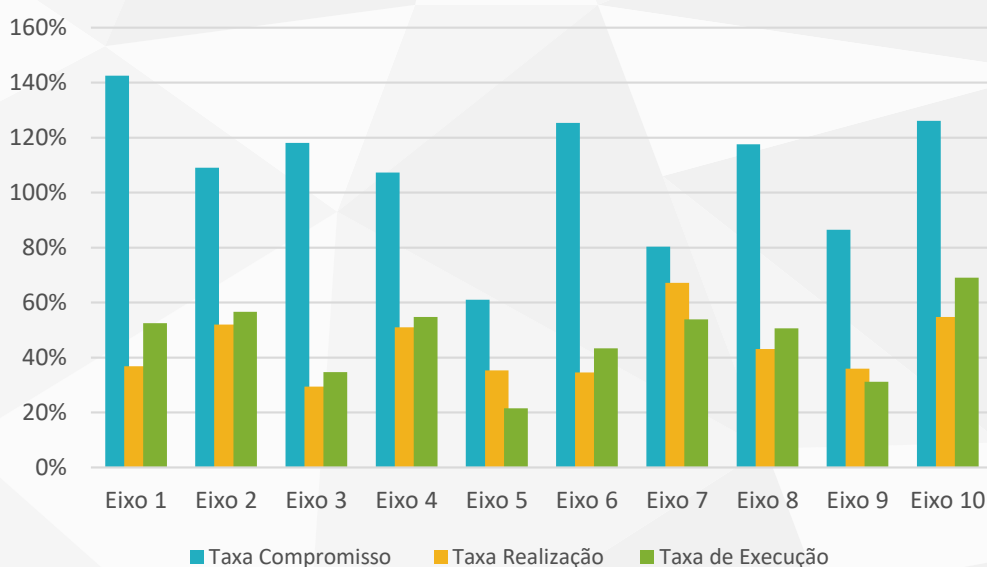


A análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo de 2021, permite observar que foram aprovadas 422 operações que promoveram a aprovação de cerca de 107 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 9% relativamente ao final do ano transato. No mesmo período, foram executados cerca de 84 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 94 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 19% e 20%, respetivamente. Neste período destacaram-se dos demais os Eixo 2 e 6, que foram os que registaram maiores acréscimos de fundo aprovado. Já no que respeita ao apoio executado e pago destacaram-se o Eixo 1, 2 e 6. De registar que os Eixos 5 e 7 que registaram um nível muito baixo de aprovações e também para os Eixos 5, 7, 9 e 10, que, até ao momento, neste ano, apresentam valores muito reduzidos de execução, bem como, registam baixos valores de pagamentos, com particular destaque neste ponto para o eixo 9.



Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução e desta forma no que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores que superam os 100%, facto que está relacionado com os valores de execução que normalmente ficam um pouco abaixo das aprovações, dando desta forma margem para que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Também nos Eixos 2, 3, 4, 6, 8 e 10 esta taxa está acima dos 100%.

Gráfico - Indicadores de Execução por Eixo prioritário



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Por sua vez, relativamente às taxas de realização os eixos analisados apresentam valores muito similares e algo baixos para a fase de execução em que se encontra o PO, a maior parte deles compreendidos entre os 35 e os 52%, exceptuando os Eixos 7 e 10, cuja taxas se situam nos 67% e 55%, respetivamente. Já no que concerne à taxa de execução o Eixo 10 destaca-se com valores que superam os 69%, enquanto os Eixos 1, 2, 4, 7 e 8, apresentam taxas de execução com valores que se situam entre os 51 e os 57%, ou seja, superiores à media do PO. Em contrapartida, há alguns eixos cuja taxa de execução ainda não atingiu os 35%, estando nesta situação os Eixos 3, 5 e 9, situando-se o eixo 5 nos 22%, devido sobretudo à componente FSE, maioritária no Eixo, no qual representa 69% do valor programado e que apresenta taxas de execução inferiores a 10%.

Artigo da responsabilidade de **Carlos Almeida**, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.



